



Ribeirão Preto, 03 de Dezembro de 2021.

Ofício nº 1178/2021-CM

Senhor Presidente

Em atenção à solicitação dessa E. Câmara Municipal, relativamente ao(s) REQUERIMENTO(S) de informação abaixo relacionado(s), apresentado(s) pelo Vereador(a) COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI cumprimos o dever de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia(s) da(s) resposta(s) prestada(s) pelo(s) setor(es) competente(s) desta municipalidade.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de alto apreço e distinta consideração, subscrevemos-nos.

Camara Municipal de Ribeirao Preto



Protocolo Geral nº 7272/2021  
Data: 13/12/2021 Horário: 09:38  
ADM -

Atenciosamente

RICARDO AGUIAR  
SECRETÁRIO DA CASA CIVIL

REQUERIMENTO(S) Nº(s) 8170, 8187 a 8189/2021

À Sua Excelência  
ALESSANDRO MARACA  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA  
RIBEIRÃO PRETO - SP



**Processo PMRP 2021/159801 Vol.: 1**

**Origem**

**Órgão:** PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto  
**Unidade:** PDU-S4 - DIVISAO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
**Responsável:** SABRINA SILVA DE ANDRADE  
**Data encam.:** 08/12/2021 às 14:45

**Destino**

**Órgão:** PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto  
**Unidade:** GP-4 ASTEL - ASSESSORIA TECNICO LEGISLATIVA

**Encaminhamento**

**Encaminhamento:** Segue anexo todas as atas das audiencias publicas a LPUOS

8170  
Judeti



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Primeira Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Discussão parcial do texto base.

1 Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2019, no Salão Nobre do Palácio  
2 Rio Branco, sede da PMRP, aconteceu a primeira audiência pública para a Lei  
3 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto  
4 base, e contou com a presença de 128 (cento e vinte e oito) pessoas. A  
5 abertura se deu as 18:30 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão  
6 Pública, Edsom Ortega Marques, que cumprimentou todos em nome do  
7 Prefeito Municipal, Duarte Nogueira. Comentou que esta é a primeira  
8 audiência pública para tratar da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do  
9 Solo e das audiências já agendadas no mês de agosto para tratar das outras leis  
10 que estão em processo de revisão. Explicou a diferença entre audiência  
11 técnica e pública e da importância da contribuição de todos para a elaboração  
12 do texto final. Apresentou a arquiteta e urbanista Nilza Maria Toledo Antenor  
13 – FIPE/USP Cidades, que fez a explanação do texto da lei. Após a explanação  
14 do tema, no momento das oitivas, Eduardo Molina (ACIRP) comentou que se  
15 faz necessário a divulgação com urgência dos mapas e do texto completo para  
16 um melhor entendimento e maior discussão entre os associados, que se tenha  
17 um olhar para a zona Norte mais apurado por ser uma área complexa e que se  
18 tenha o estímulo ao retrofit nas áreas mais antigas da cidade. Silvio Contart  
19 (COMUR) pediu pela publicação dos desenhos e mapas para melhor  
20 compreensão do texto, demarcação dos corredores comerciais nos mapas,  
21 possibilidade de coeficiente máximo maior que 1,0 em centralidades novas,  
22 fora do anel viário e comentou que o real potencial de incentivo ao  
23 adensamento depende da definição dos valores de outorga onerosa que sem  
24 essa definição não há como avaliar. José Batista Ferreira (Assilcon) comentou  
25 que o Plano Diretor aprovado consta a expansão urbana de mais de 25% com  
26 a utilização dos vazios, isto é um incentivo ao crescimento, porém tem que  
27 atender a 05 quesitos básicos, suprimento de água e reservação; afastamento  
28 de esgoto e tratamento, drenagem macro e micro, viário projetado para 50  
29 anos e plano de resíduo sólido, e se não há essa definição como se dará o  
30 planejamento. Perguntou também qual a definição de outorga onerosa e como  
31 ser dará a aplicação e qual a finalidade dessa aplicação. Amauri Lepore



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 (Advogado) parabenizou a equipe pelo texto que fica claro o que se pensa  
33 para a cidade, mas há a preocupação com a área central, DAERP sem  
34 previsão de água para empreendimentos novos e como isso se dará com a  
35 adensamento proposto, a zona Sul há áreas institucionais sobrando, se  
36 possível trocar essas áreas com outras zonas que necessitam, a Zona Oeste  
37 rever o tamanho dos lotes, com áreas mínimas de 140,00 m<sup>2</sup> ou 160,00 m<sup>2</sup>.  
38 Maria Elisa B. Laloç (Jd. Canadá) pediu pela preservação do bairro como  
39 residencial unifamiliar, há uma preocupação com o entorno com a autorização  
40 de comércio nas avenidas e que fique claro e deixado registrado em Lei as  
41 restrições cartoriais. Eder Silva (CAU) reforça a importância do papel do  
42 arquiteto e urbanista com esse enfrentamento a Lei, é o momento para que os  
43 profissionais façam debates, que haja interface com mobilidade e como se  
44 relacionar com a mobilidade (corredores) para justificar ações pensadas. Para  
45 as Unidades de Ocupação Planejadas (re)conceituação com a sua origem no  
46 Plano Diretor. Sugere que o perímetro urbano seja revisto para que haja área  
47 rural. Cristina Dias Amaral (ASAC) fala da preservação do bairro como  
48 residencial e unifamiliar, não houve preocupação com o entorno com a  
49 autorização de comércio nas avenidas, não houve estudo de impacto desses  
50 comércios pois não há preocupação com exigência de estacionamentos  
51 gerando um fluxo de veículos no interior do bairro. Quando se fala de  
52 adensamento e construção, existe a preocupação com a altura das edificações,  
53 gerando sombreamento nos entornos, poluição visual no bairro. Luiz Navarro  
54 Araújo (Eng. Acústico) pergunta o porquê de concentração das pessoas nas  
55 áreas comerciais se não há infraestrutura adequada, não há equipamento  
56 públicos, como escolas, postos de saúde, farmácias, qual a finalidade desse  
57 adensamento. Pede para que seja revista o texto da lei, pois não está claro e  
58 gera dúvidas, citando como exemplo o art. 19, 20 e 49. Honyldo Roberto  
59 Pereira Pinto (ASAC) comentou que o texto é muito genérico, sem precisão  
60 de aplicação, pediu para que seja mais específico, para que haja mais clareza  
61 quanto a definição e cobrança da Outorga, questionou o porquê da celeridade  
62 na revisão da lei. Paulo Cesar Malavoglia (ASAC) comentou que o  
63 planejamento a cidade é para daqui 30 anos e que corremos o risco de não  
64 acontecer dessa forma, sugeriu que se faça uma cronologia do que é mais  
65 importante para a cidade, quais os benefícios serão aplicados gradativamente.  
66 Porque aplicar tudo ao mesmo tempo isso ficaria a mercê do comércio e

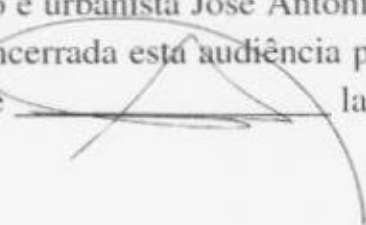




## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

67 construtoras. Leonel Issa Filho (ASAC) comentou que a proposta incentiva a  
68 ocupação/adensamento o quadrilátero central, mas não há informação como  
69 será enfrentada a questão da infraestrutura urbana existente. Pediu para  
70 disponibilizar com urgência as imagens e o texto completo da lei para a  
71 próxima audiência que será realizada em 11/09/2019. Silvio Contart pediu  
72 para que na lei fique clara a justificativa do texto para entendimento melhor  
73 para quem não participou das audiências anteriores. Sugeriu audiência pública  
74 local para discutir a especificidade do local possibilitando a participação de  
75 todos principalmente quando houver alteração de Diretriz do Uso do Solo. A  
76 arquiteta Nilza fez suas considerações finais, sobre o adensamento fora do  
77 anel viário e central devido a infraestrutura existente será melhor analisado;  
78 quanto a Outorga que fará um estudo para apresentar a justificativa técnica,  
79 que é importante e poderá ser incluída, o sentido da outorga não é tributar  
80 mais cobrança, em áreas com infraestruturas já existente e aplicar em áreas  
81 onde não há infraestrutura. Quanto ao Jd. Canadá será respeitado restrição  
82 cartorária, mas haverá a necessidade inserir comércios em avenidas, mas isso  
83 será discutido em outra audiência. Após várias discussões sem mais nada a  
84 tratar, o arquiteto e urbanista José Antônio Lanchoti, agradeceu a presença de  
85 todos e dá por encerrada esta audiência pública às 21:00 horas. E eu, Sabrina  
86 Silva de Andrade  lavrei a presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Segunda Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Discussão parcial do texto base.

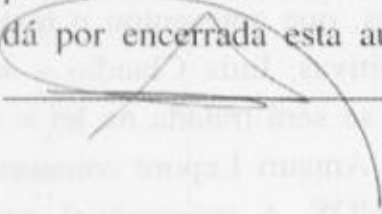
1 Aos dezoito dias do mês de setembro de 2019, no Salão Nobre do Palácio Rio  
2 Branco, sede da PMRP, aconteceu a segunda audiência pública para a Lei de  
3 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto  
4 base, e contou com a presença de 93 (noventa e três) pessoas. A abertura se  
5 deu as 18:30 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edson  
6 Ortega Marques, que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal,  
7 Duarte Nogueira. Comentou sobre a dinâmica da audiência e que o foco desta  
8 será sobre Outorga Onerosa. Agradece a presença da equipe de apoio  
9 vinculada a FIPE/USP, aos representantes do COMUR e CMM, dos  
10 vereadores e seus representantes. Passa a palavra para a arquiteta e urbanista  
11 Nilza Maria Toledo Antenor – FIPE/USP Cidades, que apresentou o texto.  
12 Após a explanação do tema, no momento das oitivas, Luiz Claudio – Jd.  
13 Canadá, perguntou sobre as restrições cartorárias se será tratada na lei e se  
14 haverá alteração nas ruas com restrição cartorial. Amauri Lepore comentou  
15 que na revisão do Plano Diretor a Lei de PUOS, é responsável pelo  
16 regramento do aquífero e que seja criado um capítulo sobre o tema, que os  
17 parâmetros de toda expansão seja de 1000 m<sup>2</sup>, tem que ser revisto para cada  
18 região não podendo haver limitação. Para os condomínios de lotes não há  
19 disciplina, mas deve ter um capítulo exclusivo para isso, com isso resolvem  
20 problemas. Sobre o art. 225 parágrafo 07 – quando for feito decreto deverá  
21 apresentar o Termo de Execução de Obras para depois ser feito o Decreto,  
22 pediu para que isso seja revisto. José Batista pediu para incluir o conceito de  
23 unidade de ocupação planejada, criou-se as zonas de acordo com as  
24 unidades e criou-se zona como restritamente residencial, qual é o conceito  
25 aplicado? Pediu para que o conceito para isso fosse mais claro. André –  
26 OAB/USP comentou sobre a expansão urbana além do perímetro urbano, cita  
27 o art. 42-b do Estatuto da Cidade, se será cumprido em sua totalidade.  
28 Perguntou também sobre a zona rural se existe previsão de diretriz específica  
29 para esse tema. E qual a justificativa para o limite máximo do lote de 30.000 m<sup>2</sup>.  
30 Silvío Contart pediu para que a lei seja mais simples, pois está difícil o  
31 entendimento além de ser muito extensa, pra tentar diminuir as 15 páginas



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 com os tipos de uso, poderiam estar descritas em um único quadro. Colocação  
33 sobre a outorga onerosa que o direcionamento de conceitos urbanísticos pode  
34 se transformar em algo arrecadatário e pode se transformar em impedimento  
35 ao empreendedor, quais serão os critérios que serão adotados para esse uso.  
36 Sobre o coeficiente máximo 05 que é aplicado no quadrilátero central que já é  
37 adensado, por que aplicar nessa área, o modelo está aplicado como uma  
38 cidade pequena, pensar nos subcentros que serão adensados ligados pelos  
39 corredores planejados pelo plano de mobilidade. O secretário Ortega agradece  
40 pelas contribuições de todos e comentou que as observações são importantes  
41 com apontamentos coincidentes com a equipe e essas reflexões serão  
42 detalhadas nas próximas audiências, que a zona de expansão foi tratada no  
43 Plano Diretor e houve pactuação para não restringir, mas observando  
44 parâmetros. As 20:10 h sem mais nada a trata agradeceu a presença de todos e  
45 dá por encerrada esta audiência pública. E eu, Sabrina Silva de Andrade,  
46  lavrei a presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Terceira Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Discussão parcial do texto base.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2019, no EMEFEM Prof. Alfeu  
2 Luiz Gasparini, sito a Avenida D. Pedro I, 196 – Ipiranga, nesta cidade de  
3 Ribeirão Preto, aconteceu à terceira audiência pública para a Lei de  
4 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto  
5 base, e contou com a presença de 45 (quarenta e cinco) pessoas. A abertura se  
6 deu as 18:20 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edsom  
7 Ortega Marques, que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal,  
8 Duarte Nogueira e que esta é a audiência de número 90 (noventa) de todas as  
9 realizadas desde a aprovação do Plano Diretor. Esclareceu que esta audiência  
10 trata do mesmo texto já publicado na semana passada e espera-se por novas  
11 contribuições. Esclareceu que os técnicos estão trabalhando no  
12 aprimoramento do texto em função das contribuições recebidas até o  
13 momento, que fará uma reunião com o COMUR para tratar desse assunto  
14 específico. Pediu para que as contribuições sejam enviadas pelo email ou que  
15 sejam entregues diretamente na secretaria. Agradeceu a presença de todos os  
16 assessores de vereadores e convidou o arquiteto e urbanista José Antonio  
17 Lanchoti para fazer a apresentação do texto. Após a explanação do tema, no  
18 momento das oitivas, Amauri Lepore comentou que trabalha com  
19 parcelamento de solo, e fez vários questionamentos e observações a seguir,  
20 sobre o tamanho das quadras, há limitação de 300 m<sup>2</sup>, mas em caso necessário  
21 de ser maior que a CCU (Comissão de Controle Urbanístico) analise  
22 sugerindo que volte o parágrafo anterior que foi retirado. Qual o percentual  
23 para as áreas verdes, institucionais, não há previsão no texto. Questiona por  
24 que a Transerp, Saúde e Educação não estão presentes, é importante a  
25 integração com as demais secretarias. Sobre o gabarito básico, quem trabalha  
26 com MCMV tem dificuldade com 10 m e que possa ser alterado para 11 m. O  
27 art. 110 fala da faixa não edificável solicitou para que haja compensação para  
28 o proprietário. Sobre a CCU o Art. 220 fala que será regulamentado por  
29 Decreto, mas solicitou que fique na Lei e que por Decreto. Art. 216 sobre as  
30 contrapartidas financeiras está baseada em que? Art. 224 sobre a Certidão de  
31 Viabilidade que seja alterada para 02 anos devido a dificuldade de aprovação





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 nos órgãos. Mauro Freitas, comentou que se trata uma lei bastante extensa,  
33 que se faça tabelas dinâmicas, que os mapas sejam disponibilizados em DWG  
34 com layer travados possibilitando impressão de forma mais acessível a todos.  
35 Silvio Contart comentou que os instrumentos do Estatuto da Cidade como a  
36 outorga onerosa se comparar com a cidade de São Paulo complica, pois, a  
37 realidade é diferente de Ribeirão Preto que ainda está em expansão urbana. A  
38 ideia de que precisa adequar a infraestrutura, o custo para adequação com a  
39 outorga onerosa não é justo, tem que se pensar. Sobre o art. 196 inciso 3,  
40 rever a questão do gabarito Maximo. João Theodoro Feres Sobrinho  
41 comentou que tem muito a contribuir para o aprimoramento produtivo, para o  
42 crescimento da cidade. O entorno da Mata de Santa Teresa tem regramento  
43 próprio e quem tem que cuidar da mata passa a responsabilidade para a cidade  
44 cuidar e isso tem que ser revisto, pois a cidade tem que ter independência, e  
45 reconsiderar a restrição de 15 pavimentos. Rodrigo Benze, comentou da sua  
46 preocupação pela contratação de uma assessoria que não conhece a realidade  
47 dos princípios urbanos, por que a necessidade de uma assessoria que não  
48 conhece a cultura da cidade e que veio de outra realidade trazendo um debate  
49 não coerente. Comentou também que não consta em lei o prazo mínimo para  
50 aprovação de um projeto, pois hoje depende da subjetividade do analista, mas  
51 que teria que estar baseado na lei. Eduardo Molina comentou que fará a  
52 contribuição por email, mas fez algumas considerações, se há restrição  
53 cartorial não é correto que a zona de transição seja nas áreas vizinhas, com  
54 isso causará dano e perda do valor dos imóveis. O PIB da construção civil  
55 caiu na ultima década 30% e a mão de obra também, a renda da população  
56 caiu e o desemprego é grande, na lei a "a mão está pesada", se isso não  
57 diminuir não haverá empreendimento e investimento na cidade. Quanto ao  
58 IRA o modelo de zoneamento com classificação local não está em  
59 consonância com a CETESB e o empreendimento não pode correr risco se  
60 não houver padronização com o Estado, qual a justificativa do município ter  
61 definição própria? Marcelo Fernandes comentou que o IRA está confuso no  
62 ramo metalúrgico, tem empresa instalada no local a 37 anos e com o novo  
63 código não poderá mais ficar instalada no local, pediu para que isso seja  
64 revisto. Lanchoti comentou que não pode discutir ponto a ponto, mas que  
65 todas as sugestões serão encaminhadas aos técnicos. Importante é que a





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

66 legislação seja simples para aprovação rápida. Quanto a Outorga é  
67 instrumento de planejamento e não arrecadatório com o intuito de  
68 adensamento na cidade em região esvaziada e dotada de infraestrutura,  
69 chamada de cidade compacta. Há um exagerado espraiamento da cidade  
70 gerando um alto custo para a cidade com viário e transporte coletivo, com isso  
71 a tentativa é ter uma cidade racionalizada. As 20:15 h sem mais nada a trata  
72 agradeceu a presença de todos em nome do Secretário Ortega e do Prefeito  
73 Nogueira e dá por encerrada esta audiência pública. E eu, Sabrina Silva de  
74 Andrade ~~lavrei a presente ata.~~



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Quarta Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1 Aos nove dias do mês de outubro de 2019, no EMEFEM Prof. Alfeu Luiz  
2 Gasparini, sito a Avenida D. Pedro I, 196 – Ipiranga, nesta cidade de Ribeirão  
3 Preto, aconteceu à quarta audiência pública para a Lei de Parcelamento, Uso e  
4 Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto base, e contou com a  
5 presença de 57 (cinquenta e sete) pessoas. A abertura se deu as 18:30 horas  
6 pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edsom Ortega Marques,  
7 que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal, Duarte Nogueira.  
8 Esclareceu quanto aos questionamentos que foram elencados na última  
9 audiência técnica de 25/09/2019, bem como as sugestões que foram acatadas,  
10 agradecendo pelas contribuições enviadas até o momento salientando a  
11 importância da participação de todos. Apresentou o Engenheiro Fernando  
12 Ferreira de Araujo Souza, representando a FIPE que fez a apresentação do  
13 texto que abordou conceitos, definições e parâmetros da modalidade de  
14 parcelamentos. No momento das oitivas, Adriana representando o Conselho  
15 da Habitação solicitou estudos para a implantação de metrô na cidade. Amauri  
16 Lepore comentou sobre citou o art. 205 item 3 e o art. 201 solicitando prazo  
17 para renovação de diretrizes para aprovação de loteamentos passe para 02  
18 (dois) anos, citou o art. 45 sugerindo o tamanho mínimo das quadras que  
19 sejam de 500 m<sup>2</sup>, sugeriu também o tamanho dos lotes mínimos para projetos  
20 de 150 m<sup>2</sup> e de 80 a 125 m<sup>2</sup> para construção de HIS. Silvio Contart questionou  
21 a sobreposição de taxas e tributos que resultará no final da aprovação de um  
22 projeto, sugerindo uma única taxa questionando no caso de contrapartidas se  
23 serão cobradas também taxas rotineiras, alerta para a falta do interesse de  
24 empreender se houver um excesso de taxas. André representando a OAB  
25 questionou se os projetos de HIS ficarão isentos da cobrança de outorga. José  
26 Batista comentou que querem ocupar os vazios urbanos porém fica  
27 contraditório quando se quer cobrar a outorga. Comentou sobre o  
28 desequilíbrio financeiro da prefeitura e cita que 55% da arrecadação é voltada  
29 para 2% da população que são os funcionários públicos, pediu para que haja  
30 um plebiscito para adequar a situação a realidade do mercado financeiro.  
31 Mauro Castro comentou sobre o custo de urbanização de uma cidade e



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 sugeriu que a outorga seja justa com os empreendedores que faz toda a  
33 benfeitoria da cidade pedindo flexibilização na aplicação dos fatores da  
34 outorga conforme o mercado se apresenta solicitando incentivos. Eduardo  
35 Molina questionou se para quem já entrou com projeto se será cobrada a  
36 outorga e solicitou mais transparência nessa questão. Ana moradora do Jardim  
37 Canadá perguntou qual o embasamento para os coeficientes diferentes nas  
38 áreas da cidade para cobrança de outorga. O secretário Ortega comentou sobre  
39 o custo da zeladoria de uma cidade e o impacto que a implantação de um  
40 empreendimento causa na mesma, comentou que a cobrança de tributos sobre  
41 um projeto pode ser exagerada e que essa situação será revista. O Engenheiro  
42 Fernando da FIPE explicou que o processo de aprovação da lei está sendo  
43 feito por etapas falando da preocupação de não gerar conflitos em regiões da  
44 cidade, e que há uma regra de transição para a adequação da outorga na  
45 cidade. As 20:00 h sem mais nada a tratar o Secretário Ortega dá por  
46 encerrada esta audiência pública. E eu, Sabrina Silva de  
47 Andrade lavrei a presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Quinta Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1 Aos dezesseis dias do mês de outubro de 2019, no EMEFEM Prof. Alfeu Luiz  
2 Gasparini, sito a Avenida D. Pedro I, 196 – Ipiranga, nesta cidade de Ribeirão  
3 Preto, aconteceu à quinta audiência pública para a Lei de Parcelamento, Uso e  
4 Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto base, e contou com a  
5 presença de 49 (quarenta e nove) pessoas. A abertura se deu as 18:30 horas  
6 pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edsom Ortega Marques,  
7 que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal, Duarte Nogueira.  
8 Esclareceu que haverá repetição de assuntos tratados anteriormente, mas com  
9 a prerrogativa de avançar nos aspectos da lei. Sobre as Unidades de Ocupação  
10 Planejadas como se dará nas áreas urbanizadas e na expansão, sobre os  
11 corredores comerciais e regras para a Outorga Onerosa, o texto ainda está em  
12 construção então não terá prazo definido ainda para conclusão, comentou  
13 também que o Decreto de Contrapartidas e as Diretrizes principais estarão  
14 inseridas nas leis com certa correlação para não haver sobreposição de  
15 cobranças. Agradece a presença de todos os munícipes, vereadores e seus  
16 representantes. Solicitou ao arquiteto e urbanista José Antonio Lanchoti que  
17 fizesse a apresentação do texto. Após a explanação do tema, no momento das  
18 oitivas, Paulo do Jd. Canadá comentou que não leu que será respeitado as  
19 restrições cartoriais do Jardim Canadá, sobre os corredores que margeiam as  
20 áreas com restrições tem que ser respeitada pois para qualquer alteração do  
21 uso do solo do local a população do entorno imediato tem que ser consultada.  
22 Francisco Melo indagou que nos bairros residenciais unifamiliar cheia de  
23 regras com restrições cartoriais até onde isso pode ser alterado ou se pode ser  
24 mudado, pediu para que seja respeitado as regras cartoriais. Eduardo Molina  
25 comentou sobre o IRA municipal, que é único no município com risco  
26 próprio, pois isso está sujeito a mudança a qualquer momento porque é um  
27 critério que não está alinhado com os parâmetros estaduais regidos pela  
28 CETESB, isso é temeroso pois na CETESB há parâmetros justificados  
29 enquanto que no município não há. Amauri Lepore solicitou que a  
30 TRANSERP seja inserida no GAPE para resolução de questões de RIT nessa  
31 instancia, pois se percebe que a autarquia trabalha contrario com exigências



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 que não condizem com a realidade. Silvie Contart questionou em relação a  
33 outorga onerosa, qual é o objetivo que se quer, qual a densidade ideal que o  
34 mercado aceita, quais os parâmetros que serão adotados em cada subsetor ou  
35 UOP. O secretário Ortega comentou que todas as contribuições e observações  
36 são analisadas pelos técnicos e será apresentada para todos os munícipes o  
37 relatório explicando o que foi acolhido, não acolhido e parcialmente acolhido.  
38 Em relação as restrições cartoriais a PMRP não fará alteração e se caso  
39 houver alteração será por respaldo jurídico para justificar em qualquer  
40 instancia essa alteração. Lanchoti ressaltou que não haverá qualquer alteração  
41 nas Zonas de Restrição Cartorial (ZER) pois o interesse coletivo sobrepõe a  
42 qualquer outro interesse, as grandes avenidas se continuarem com o uso  
43 unifamiliar os moradores não irão mais querer viver ali devido ao grande  
44 fluxo, para continuar com vida se faz necessário o uso misto. Quanto ao IRA  
45 está avançando nessa linha, mas será da competência dos técnicos do meio  
46 ambiente a análise do risco ambiental. As 20:30 h sem mais nada a tratar o  
47 Secretário Ortega agradeceu a presença de todos e dá por encerrada esta  
48 audiência pública. E eu, Sabrina Silva de Andrade ~~\_\_\_\_\_~~ lavrei  
49 a presente ata.





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

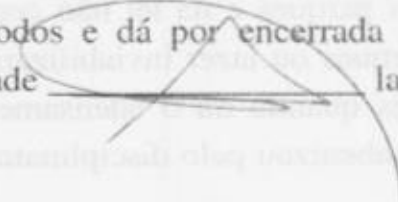
### Ata da Sexta Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

1 Aos sete dias do mês de novembro de 2019, no Salão Nobre do Palácio Rio  
2 Branco, sede da PMRP, aconteceu à sexta audiência pública para a Lei de  
3 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto  
4 base, e contou com a presença de 49 (quarenta e nove) pessoas. A abertura se  
5 deu as 18:30 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edsom  
6 Ortega Marques, que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal,  
7 Duarte Nogueira. Comentou que o texto já foi publicado e que a arquiteta e  
8 urbanista Catherine D'Andrea fará a apresentação do texto, pediu para que  
9 todos se manifestem através de contribuições para o aprimoramento do texto,  
10 informou também que o IRA de Ribeirão Preto será adotada a legislação da  
11 CETESB, facilitando assim ao empreendedor. Agradeceu a presença de todos  
12 os munícipes, vereadores e seus representantes. Após a explanação do tema,  
13 no momento das oitivas, Fernando Freire comentou que no memorial  
14 descritivo do Jardim Canadá consta aprovação de área de uso residencial com  
15 regramento próprio, pediu para que não haja mudança no uso do solo. José  
16 Renato observou sobre a apresentação que há preocupação como  
17 adensamento e infraestrutura, mas discorda em detrimento de outras áreas que  
18 podem ser prejudicadas. Em relação a outorga onerosa, método de controle  
19 urbanístico, é um remédio bom ou veneno, pois no formato que está sendo  
20 apresentado poderá inviabilizar e restringir a construção. Que o coeficiente  
21 básico seja pelo menos 02 para não ser inviável. Honyldo – Jd. Canadá  
22 comentou que tem duvida em relação ao art. 19, pois falta clareza quanto ao  
23 art.91 do Plano Diretor que estabelece regras para mudança no solo pois a  
24 população precisa ser ouvida e isso não está claro. Renan – ACIRP comentou  
25 que há divergência entre o art. 58 inciso 2 e o Mapa 03, área de proteção AeB  
26 diferente da área do território urbano e que o subsetor Leste 6 não há no  
27 mapa. José Cardoso comentou que é interessante adensar regiões próximas  
28 aos parques e na lei não consta. Coeficiente 02 para áreas grandes que tem  
29 parques ou lazer inviabilizará o uso pois não haverá adensamento adequado,  
30 pois quando há o adensamento há uso do espaço publico. Amauri Lepore  
31 parabenizou pelo disciplinamento do RIT e EIV e que isso ira contribuir para



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 o GAPE pois as exigências saem desse grupo para não haver divergência  
33 quando se fizer o EIV. Pediu para repensar a outorga pois o índice é baixo.  
34 Cobrança para fora da expansão não há limites do tamanho do lote, deixar  
35 essa questão mais clara. Marcelo pediu para reforçar a questão do  
36 investimento e crescimento e a construção civil fará essa geração de emprego  
37 e a administração pública está penalizando o empreendedor com uma parcela  
38 que não é responsabilidade dele, dando a impressão de criação de um novo  
39 imposto, onerando o custo da obra. Eduardo Molina sugeriu a redução do  
40 valor da área central para garantir moradia e trabalho para outra fatia da  
41 população. Sobre a outorga onerosa é muito complexo e como ACI há a  
42 necessidade de revitalizar o centro para não morrer e o custo da reversão é  
43 alto. Sobre o Patrimônio Histórico tem que se rever o conceito para não  
44 onerar o proprietário com isso o imóvel rui e não é revitalizado. Quanto a  
45 Zona de Desenvolvimento Tecnológico a Supera Parque tem dificuldade em  
46 avançar pois depende da PMRP, USP, Federal pois há muita burocracia.  
47 Rever a questão dos empregos para expandir para a Zona Norte e Oeste, com  
48 implantação de serviços educacionais e de saúde, incentivos urbanísticos para  
49 instalar equipamentos privados nesses setores. O secretário Ortega comentou  
50 que há uma discussão intensa sobre o planejamento urbano desde o Plano  
51 Diretor para garantir o equilíbrio das demandas da cidade, recomenda a leitura  
52 do material produzido para a revisão do Plano Diretor e todo o material  
53 desenvolvido para a LPUOS, comentou que tem ouvido todos os setores da  
54 cidade, o grande desafio é encontrar o equilíbrio para a cidade. A Catherine  
55 comentou que mudanças de uso esse é o momento, mapas serão  
56 disponibilizados. Áreas de ZEIS na Zona Sul o Plano Diretor já destaca,  
57 quanto a Diretrizes e Parâmetros ainda serão esclarecidos. Quanto ao RIT será  
58 estudado o momento que será exigido, mas a legislação já deixar claro para  
59 que o empreendedor saiba que terá ou não que apresentar. Quanto aos  
60 quesitos levantados pela ACI acha interessante ser realizadas reuniões para  
61 discutir os assuntos levantados. As 21:20 h sem mais nada a tratar o  
62 Secretário Ortega agradeceu a presença de todos e dá por encerrada esta  
63 audiência pública. E eu, Sabrina Silva de Andrade  lavrei  
64 a presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Sétima Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2019, no Salão Nobre do  
2 Palácio Rio Branco, sede da PMRP, aconteceu à sétima audiência pública  
3 para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial  
4 do texto base, e contou com a presença de 68 (sessenta e oito) pessoas. A  
5 abertura se deu as 18:30 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão  
6 Pública, Edsom Ortega Marques, que cumprimentou todos em nome do  
7 Prefeito Municipal, Duarte Nogueira. Comentou sobre a dinâmica da  
8 audiência, agradeceu por todas as contribuições já enviadas até o momento e  
9 falou da importância pela continuidade, pois elas são a base para a construção  
10 de um texto para o planejamento urbano ordenado. Apresentou a arquiteta e  
11 urbanista Adriana Gilioli que fará a apresentação do texto. Agradeceu a  
12 presença de todos os munícipes, vereadores e seus representantes. Após a  
13 explanação do tema, no momento das oitivas, Tiago Said comentou sobre o  
14 tamanho mínimo dos lotes na área de expansão urbana, perguntando qual o  
15 critério, se farão mais inserções no site ou se está completo para avaliar a  
16 minuta do texto e qual o prazo para o envio a Câmara. Eduardo Molina falou  
17 que viu problemas no uso do solo em relação ao CNAE nas Zn2 e Zn3, se  
18 essa for a versão final haverá evasão das empresas inseridas nesses locais.  
19 Pede para substituir o IRA pelos índices adotados pela CETESB, sobre a USP  
20 se será tratada como Zona única ou se será inserida Z1A. Como será  
21 implantada a Outorga e IPTU progressivo, necessário o espaço de adaptação  
22 do mercado imobiliário. Claudinei Martins falou sobre a área comprada com  
23 diretriz de uso do solo, se será mantida ou haverá nova diretriz. Gisela  
24 comentou que em São Paulo há lei e que desonera a outorga para edificação  
25 de interesse social, hospital, escolas e templos e sugeriu a implantação na  
26 LPUOS. Amauri Lepore comentou da surpresa dos lotes mínimos de 250 m<sup>2</sup>  
27 na expansão urbana. Na lei Federal os lotes são de 125 m<sup>2</sup> e HIS de 80 m<sup>2</sup>,  
28 como implantar HIS nessas áreas e pediu para que isso fosse revisto. Pediu  
29 para registrar o desagrado na cobrança de UFESP sobre a distância para  
30 implantar loteamentos fora da expansão urbana, que isso precisa ser revisto.  
31 Silvio Contart falou que a sobreposição de parâmetros, se define densidade,



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 mas não tem o lote, se define ocupação, mas precisa ter gabarito, quanto ao  
33 lote e 250 m<sup>2</sup>, se combinar com uso misto, residência vertical e horizontal não  
34 terá como cobrar outorga pois a densidade será mínima e não fecha a conta.  
35 João Theodoro Feres Sobrinho, comentou que o entendimento da lei traz um  
36 conceito que modifica o processo histórico e cultural que ocorre na cidade a  
37 expansão acontece de maneira livre. O conceito da legislação mora no adensar  
38 o já construído, base calcada no princípio de cidade adensada em áreas  
39 urbanizadas com custo menor, evitando novos parcelamento ou onerar  
40 evitando que a cidade cresça nas bordas, evitando assim o adensamento.  
41 Modifica o processo histórico, desestrutura os conjuntos de elementos já  
42 estabelecidos a longo prazo, com a mudança na legislação causa mudança no  
43 mercado, essa situação envolverá o mercado com o processo produtivo com  
44 grande parcela de renda. Tomar cuidado que essa mudança não cause ruptura  
45 para o setor imobiliário no processo produtivo de grande valia para a  
46 sociedade. O secretário Ortega comentou que todos audiência é para registro e  
47 que todas as decisões serão tratadas pelos técnicos e explicado a todos e que a  
48 Lei não é para causar rupturas, mas tem que levar em conta a realidade do  
49 município e do país. Ribeirão Preto está atrasado a mais de 18 anos e hoje se  
50 pretende regular os instrumentos do Estatuto da Cidade e os pressupostos do  
51 Plano Diretor que são textos densos que orientam e vão de encontro. Se  
52 necessário haverá mais prazo pra esclarecer, refinar e aprimorar o texto, para  
53 que a lei corrija distorções e evite que se agrave com o tempo. Hoje a cidade  
54 encontra-se desestruturada e áreas com toda a infraestrutura subutilizada.  
55 Esclareceu sobre a restrição cartorial que aquilo que não estiver previsto em  
56 cartório prevalecerá a restrição da Zona em que o imóvel está inserido. As  
57 20:20 h sem mais nada a tratar o Secretário Ortega agradeceu a presença de  
58 todos e dá por encerrada esta audiência pública. E eu, Sabrina Silva de  
59 Andrade ~~lavrarei a presente ata.~~





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Oitava Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

1 Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2020, no Salão Nobre do Palácio Rio  
2 Branco, sede da PMRP, aconteceu à oitava audiência pública para a Lei de  
3 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, para a discussão parcial do texto base,  
4 e contou com a presença de 96 (noventa e seis) pessoas. A abertura se deu as  
5 18:30 horas pelo Secretário de Planejamento e Gestão Pública, Edsom Ortega  
6 Marques, que cumprimentou todos em nome do Prefeito Municipal, Duarte  
7 Nogueira. Comentou sobre os dispositivos inserido na Lei para garantir a  
8 segurança jurídica os técnicos e da população. Pediu para que todos revejam  
9 esses dispositivos e deem a contribuição. Dá exemplos dos dispositivos como  
10 FUNDURB, COMUR, GAPE/CCU, Regularização Fundiária, Decreto de  
11 Contrapartidas, início e recebimento de Obras, Fiscalização dos procedimentos  
12 administrativos e fiscalização do território. O texto está no site e sofrerá ajuste  
13 e será inserido também o Decreto dos Imóveis Abandonados. Sobre o Jardim  
14 Canadá não há mudanças, no texto que está na restrição cartorária e será  
15 respeitado, após será encaminhado ao jurídico, depois para ser submetido ao  
16 Comitê de Desenvolvimento Urbano, ao Prefeito para posterior envio a Câmara  
17 Municipal. A apresentação se deu pelo arquiteto e urbanista José Antônio  
18 Lanchoti. Após a explanação do tema, no momento das oitavas, Luiz Claudio  
19 pediu esclarecimento sobre quantas audiências acontecerão até a última, o  
20 termo exclusivamente residencial foi retirado, consta agora uso misto apenas e  
21 restrições cartoriais, para as áreas de proteção de 100 metros baixou para 50  
22 metros, quais os parâmetros pra isso? Paulo Langoria parabenizou a parte  
23 técnica, mas há de se respeitar a forma de melhorias na cidade, para o que for  
24 novo é perfeito, mas alterar o existente é impossível. Eduardo Molina falou que  
25 enviar e-mail com os quesitos sobre a implantação de empreendimentos no  
26 município. Quesitos sobre Patrimônio Histórico sugerindo manutenção dos  
27 bens. Celia de Godoy, comentou sobre o impacto no bairro Lagoinha com a  
28 implantação do empreendimento Lar Mexico. Humberto comentou sobre a  
29 preocupação quanto a análise do sistema viário sobre a construção de novos  
30 templos em relação ao número de vagas exigidos, pede para que isso seja  
31 revisto. Evandro parabenizou a secretaria devido a complexidade da lei e pela





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

32 quantidade de audiências realizadas e a alteração de uma versão para a outra,  
33 como é leigo há dificuldades para interpretação e sugere que na próxima  
34 alteração seja divulgada as alterações feitas para melhor entendimento. O  
35 Lanchoti explicou sobre as restrições cartoriais que estão dentro do  
36 macrozoneamento que pode muita coisa, mas o registro cartorial é mais  
37 restritivo. Secretário Ortega colocou que é raro haver tantas audiências, para  
38 essa lei foi democratizada e haverá mais uma audiência para apresentação da  
39 lei e já foi submetida a Secretaria de Negócios Jurídicos que está refinando para  
40 ajuste para errar o menos possível. As 20:30 h sem mais nada a tratar o  
41 Secretário Ortega agradeceu a presença de todos e dá por encerrada esta  
42 audiência pública. E eu, Sabrina Silva de Andrade ~~lavrei a~~ lavrei a  
43 presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

### Ata da Nova Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2020, aconteceu a nona  
2 audiência Pública da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, por  
3 meio eletrônico via Webex e transmissão pelo Facebook da PMRP e contou  
4 com a presença de 140 (cento e quarenta) pessoas. O Secretário de  
5 Planejamento e Gestão Urbana, Edsom Ortega, fez a abertura e deu  
6 orientações sobre a audiência pública que foi apresentado um Power point  
7 acompanhado de vídeo explicativo sintetizando o conteúdo da versão.  
8 Esclareceu que foi aberto para contribuições e ajustes no texto, que passará  
9 por refinamento através das contribuições recebidas, com análise da SNJ,  
10 Casa Civil e Secretaria de Governo, que farão ajustes também. Após será  
11 enviada para Câmara municipal onde será feita uma audiência de  
12 apresentação final com o relatório das contribuições acolhidas ou não, esse  
13 relatório será publicado no site da PMRP. O volume das audiências foi  
14 grande e as contribuições também, essa versão ainda passará por  
15 refinamentos. O vídeo foi apresentado pela arquiteta e Urbanista Catherine  
16 D'Andrea que agradeceu a todos os que estão envolvidos nesse processo de  
17 revisão da lei. Aberto para contribuições. Ana Luisa Miranda, comentou  
18 que sente falta do diagnostico que nunca é apresentado que é ponto  
19 fundamental para atender a proposta, nas áreas rurais há implantado 03  
20 assentamentos de reforma agraria e não estão contempladas, pois precisa de  
21 implantação de infraestrutura urbana. O Plano estratégico rural não foi  
22 iniciado. Art. 78 refere-se ao tamanho das quadras, não faz sentido para  
23 acessibilidade dos modais não motorizados, devido a micro acessibilidade.  
24 Qual o diagnostico e justificativa para esse tamanho de lote. Samanta  
25 Pineda, comentou que precisa de ajuste fino na lei, a importância de se  
26 discutir sobre os colegiados e desta versão foi retirado, necessidade da  
27 formação paritária tanto na competência de prazos e tem poder grande com  
28 decisões específicas, pela segurança jurídica é importante que estejam  
29 nessa lei. ZUE área de recarga do aquífero, é hora de discussão porque é  
30 complexo. Que os pontos de ajustes finos sejam discutidos em bloco com  
31 assuntos específicos para que sejam resolvidos. Pontos de acesso, outorga,  
32 precisam ser discutidos para que haja consenso entre poder público e  
33 iniciativa privada. Silvio Nogueira comentou sobre a possibilidade



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

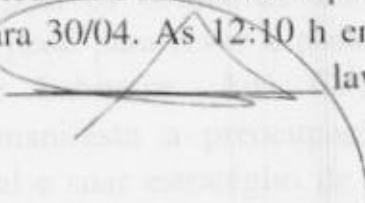
Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

34 alteração na ZUP trecho urbano internos as rodovias, com lotes de 250,00  
35 m<sup>2</sup>, sugere a dimensão do lote de ZUP interno as rodovias, similar a lei de  
36 HIS sem incluir os benefício adicionais de HIS de forma a privilegiar a  
37 população de baixa rende a usufruir de todos os serviços, nos mapas de HIS  
38 estão fora do anel e distante, com isso privilegia as áreas com estrutura  
39 publica no centro urbano. Eduardo Molina fez uma reflexão com a equipe  
40 técnica da ACI, grande parte dos pressupostos usados podem ser alterados  
41 devido a pandemia do COVID, adensamento, uso de transporte coletivo,  
42 etc, os estudos ainda são embrionários e o medo é a construção de leis com  
43 pressupostos usados a 2 meses atrás e que pode sofrer alteração, para não  
44 aprovar leis que estarão fora da realidade atual. Silvio Contart, comentou  
45 que 151 páginas e 324 artigos é muito para uma lei, a diretriz inicial era  
46 diminuir, o poder de síntese está longe disso, precisa gastar tempo para  
47 cortar a quantidade de artigos e páginas, o que se busca na legislação é uma  
48 regulamentação mínima para que possa oferecer diferentes mercados e a  
49 possibilidade de uma quadra grande e pequena, a variedade que a cidade  
50 traz é que atrai o ambiente urbano. A ideia de densidade está vinculada a  
51 tipologia, deixa o desafio de cortar pela metade. Ana Luisa Miranda  
52 comentou sobre a outorga, redistribuição do valor do solo é urgente e que  
53 se justifique a transição de 05 anos. Fernando Junqueira falou do apoio as  
54 palavras de Molina e Silvio devido as mudanças que poderão ocorrer,  
55 precisa facilitar para poder empreender na cidade. O secretário Ortega fez  
56 comentário geral, sobre a justificativa está publicado 04 textos no site, a  
57 justificativa técnica da lei é encaminhada em conjunto para a aprovação,  
58 sobre áreas rurais, tamanho de quadra e outorga será esclarecido pela  
59 Catherine, sobre os comentários da Samanta haverá sim o ajuste fino e os  
60 colegiados estão inseridos na lei, sobre a observação do Silvio sobre  
61 redução, nessa LPUOS há a regulação dos instrumentos o estatuto da  
62 cidade, leis federais como controle de acesso foram inseridos na lei, tem  
63 que se deixar na lei parâmetros para segurança dos técnicos, pode ser  
64 simplificado, desde que haja contribuições para isso, desde que haja o  
65 ponto de equilíbrio, para não ter subjetividade técnica ou demasia em lei.  
66 Quanto as observações do Molina, realmente é uma incógnita, mas não  
67 podemos parar, os ajustes serão após sairmos disso, mas não podemos parar  
68 o ordenamento da cidade. Catherine agradece a todos e fala da



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Gestão Pública

69 complexidade da lei, ainda há ajustes a ser feito, o trabalho está intenso.  
70 Em relação a área rural ainda está em estudo, pois há complexidade e o  
71 parcelamento é regrado pelo INCRA, deverá ocorrer plano estratégico para  
72 a Zona Rural, em relação as quadras com 300 m de comprimento gerando  
73 quadra de 90.000 m<sup>2</sup> que é máximo, foi discutido o escalonamento por  
74 regiões e há regras que estabelecem menores distancias para fruição  
75 publica, mas ainda está em discussão para que seja revisto o tamanho  
76 máximo, quanto ao prazo máximo de transição da outorga, está atrelado ao  
77 desenvolvimento de planos regionais, esse prazo é para adequação da  
78 cidade. Quanto as discussões em blocos serão realizadas essas reuniões  
79 para afinar o texto e chegar no melhor, nesta lei há indicação de parâmetros  
80 para as ZUE e estão dispostos no código do meio ambiente. Quanto ao lote  
81 mínimo é importante essa discussão para o todo e não só para a zona  
82 preferencial com escalonamento para os lotes mínimos. Quanto as  
83 observações do Molina algumas questões foram aceleradas pela pandemia,  
84 gerando um pensamento em mudanças no modo de viver. Comentários do  
85 Silvio sobre sintetização tinha-se essa previsão, mas a LPUOS é muita  
86 complexa, mas gerou questões necessárias para que não ficasse subjetivo,  
87 alguns regramentos foram inseridos, mas os quadros anexos facilitam o  
88 entendimento do que é permitido ou não, adensamento, todos os  
89 parâmetros urbanísticos estão inseridos nos quadros para facilitar a  
90 interpretação da lei, agradecendo a todos e abertos para a contribuição.  
91 Ortega agradece a presença de todos, em nome do Prefeito Duarte  
92 Nogueira, comentou da Portaria com prazo para envio das contribuições  
93 será estendido para 30/04. As 12:10 h encerra a audiência. E eu, Sabrina  
94 Silva de Andrade  lavrei a presente ata.





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

### Ata da Décima Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1 Aos dez dias do mês de maio de 2021, aconteceu a decima audiência  
2 Pública da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, por meio  
3 eletrônico via Webex e transmissão pelo Facebook da PMRP  
4 (<https://www.facebook.com/PrefeituraRP/videos/3012217125734422>). Deu  
5 início as 16:00 h e contou com a presença de 184 (Cento e oitenta e quatro)  
6 pessoas. O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Daniel  
7 Gobbi, fez a abertura apresentando a Arquiteta e Urbanista Catherine  
8 D'Andrea que fez a apresentação, o Secretario do Meio Ambiente Samuel  
9 Sollito e José Roberto Bonetti Secretario Adjunto do Meio Ambiente.  
10 Esclareceu que haverá mais duas audiências públicas para posterior envio a  
11 Câmara Municipal. Agradece a presença dos Vereadores André Rodini,  
12 Elizeu Rocha, Renato Zucolotto e todos os participantes da sociedade civil.  
13 No momento das oitivas, Luiz Carlos Barreira parabenizou a todos os  
14 envolvidos e sugeriu a participação do departamento e fiscalização e do  
15 departamento jurídico da prefeitura para participar das audiências,  
16 questiona que há comércios no Jardim Canadá que trata-se de bairro  
17 estritamente residencial e após denúncias não há nenhuma manifestação os  
18 órgãos competentes. Andre Junqueira Botelho, questiona sobre o art. 112,  
19 não está fazendo sentido em relação a lei 2505/12, a 2157/07 previa o  
20 desdobro em chácara e sítios de recreação no mínimo de 2.500 m<sup>2</sup>, na lei de  
21 2012 reduz para 1.500 m<sup>2</sup> e, na nova lei mantém o mesmo valor da 2.500  
22 m<sup>2</sup> de desdobro, pois os desdobros dos lotes muito grandes os bairros  
23 ficam desertos, e pede para rever a possibilidade do desdobro para lotes  
24 menores após o habite-se. Ana Cirigliano, falou que enviou as  
25 contribuições e manifesta a preocupação quanto ao entendimento do  
26 patrimônio cultural e suas estratégias de manutenção, as delimitações das  
27 zonas exigem um estudo técnico, diagnósticos aprofundados e acha melhor  
28 nem constar o mapeamento para não se colocar em risco zonas com  
29 potencial turístico e se coloca a disposição para disponibilizar materiais que  
30 possam ajudar a repensar esses caracterização do patrimônio histórico.  
31 Platinir Nunes comentou sobre o art. 3 inciso 05 da Lei 2927/2018 para a  
32 redução de 38 m<sup>2</sup> de área útil para 20 m<sup>2</sup> onde fica insalubre para os  
33 moradores e não há incentivo para habitação popular para atender as





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

34 comunidades, sugeriu que ficasse na lei de 38 a 40 m<sup>2</sup>. Marcos Sérgio  
35 Jardim Aeroporto, a Lei 2157/07 prejudicou os loteamentos no entorno do  
36 aeroporto, pois a testada dos lotes é de 10 metros e na lei não se consegue o  
37 desdobro, pois muitas casas têm hoje lotes com 05 de frente e não se dá o  
38 desdobro porque a exigência é para testada com 06 metros e que esse  
39 desdobro se dê a partir da aprovação da lei. Renan Rocha solicitou a  
40 disponibilização dos mapas das avenidas com demarcação de ZCR, outro  
41 ponto sobre o zoneamento da possibilidade de transferência de ponto  
42 comercial uma vez definida a tipologia e padrão do local, vai se possível a  
43 transferência de empreendimento com a mesma finalidade em pontos onde  
44 não poderia ter novas instalações desse modelo, inclusão do desdobramento  
45 do habite-se do direito de construir para o direito do desenvolvimento de  
46 negócios onde separa a permissão de uso independente do tipo de  
47 construção. Fernanda Menegalli comentou que o CAU está atento a todas  
48 as alterações nas leis e quer garantir a participação de todos nesse processo  
49 de revisão da lei, observou que no momento de enfrentamento da COVID a  
50 PMRP fazendo a revisão da lei impede a participação de toda a população,  
51 pois da forma como está sendo feita coloca em risco e prejuízo a  
52 participação coletiva até por causa das incertezas da pandemia, requer  
53 processo descentralizado para que a participação social seja efetiva de  
54 forma presencial e por bairros só poderá ocorrer de fato quando essa  
55 situação pandêmica acabar, com isso acaba privilegiando a indústria  
56 imobiliária, podendo comprometer de fato a legitimidade do processo, não  
57 se justifica tamanha urgência pela continuidade da revisão da lei. Olga  
58 Enriques comentou que foi observada que na sessão que trata das  
59 macrozonas ambientais, o uso e ocupação sustentável das ZUE e no art. 35  
60 as definições dos parâmetros urbanísticos o que se vê foi criado lacunas de  
61 definições de uso e ocupação do solo, em função disso gera uma  
62 necessidade urgente de desenvolver o plano estratégico de uso de ocupação  
63 sustentável da ZUE para estabelecer os parâmetros que não estão definidos  
64 nessa lei que se sejam publicados na forma de uma lei complementar com  
65 discussões prévias e audiências públicas, enquanto esse plano estratégico  
66 não for aprovado o que se pode fazer na ZUE, ou pode tudo ou nada, isso  
67 precisa ser esclarecido, pois a insegurança e prejudicial a todos. Outra  
68 questão é que as leis em discussão ressaltam uma obrigatoriedade da



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

69 associação de uma drenagem urbana associativa de infiltração e recarga  
70 artificial do aquífero, tornando essa zona especial. A manifestação será  
71 encaminhada de forma mais estruturada para a secretaria de planejamento.  
72 Andre Almeida sugere que a lei define o tipo de atividades permitidas no  
73 município, sugere que dentro das atividades permitidas dentro da área  
74 urbana e de expansão que não seja usada áreas para exploração agro  
75 pastorial que é um subterfúgio que usam para não pagar IPTU e ficar  
76 usando a função social apenas esperando a valorização da terra lançando no  
77 mercado para ganho pessoal. André Rodini perguntou quantas pessoas  
78 podem morar na cidade, esse toque de caixa para ocupação da cidade e se  
79 não utilizar a região metropolitana para que as pessoas possam morar com  
80 qualidade nas cidades vizinhas e terem condições de transportes  
81 intermunicipais para virem trabalhar em Ribeirão Preto, perguntou quando  
82 será discutido o marco de saneamento, há água para toda a população,  
83 precisar ter ordenamento sanitário para que todos os bairros tenham  
84 condições sanitárias. Silvio Contart fez considerações, mas encaminhará  
85 por escrito, mas comentou sobre a organização territorial do ponto de vista  
86 do estudo e da proposta para cada parte do território, há contradição entre  
87 as UPOS e Zona de Ocupação – Mapa 05 e Mapa 03, o que se lê no mapa  
88 05 é uma organização radio concêntrica onde a cidade é densa no centro e  
89 rarefeita na periferia, o segundo ponto refere-se sobre organização de  
90 tramite e procedimento de análise de processos que poderiam estar  
91 determinados em outras legislação ou resoluções internas para deixar a lei  
92 mais direcionada para questões principais e técnicas que leva a uma  
93 dificuldade quando se olha o quadro 04 que fala tudo, mas ao mesmo  
94 tempo não fala nada. A ideia de ter quadro com tantos parâmetros induz a  
95 ideia de ter números diferentes onde não é necessário, pois a variação é  
96 muito pequena, vontade regular excessiva podendo ser resumida em 03  
97 densidades para a cidade, pequena, media ou grande. José Batista falou que  
98 gostaria de transmitir que o mundo empresarial está muito consciente, que  
99 o conceito de rotulação empresarial precisa ser mudado, pois sempre há  
100 feitas melhorias na cidade, que se corrija o coeficiente básico do Plano  
101 Diretor que é 1,0 que não é certo e a questão das ZEIS que precisa ser  
102 corrigida, o IPTU progressivo e outorga precisa ser revistos com cuidado.  
103 Paulo Cesar Malavaglia comentou sobre as atividades não residências que



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

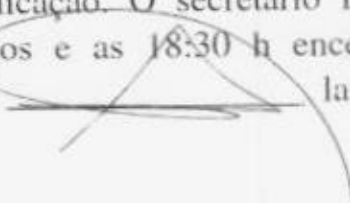
Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

104 são permitidas nos corredores comerciais, nas mínimas condições nas áreas  
105 mais restrita há a permissividade de qualquer tipo de comercio que seja  
106 revisto e analisado pelo fator de incomodidade. João Carlos Correia  
107 comentou que a lei é muito extensa e precisa se entendido por todos, a  
108 cidade foi modelada para propor coeficiente de aproveitamento 05 para a  
109 cidade toda, tem que ser testado, pois é um problema, a lei está muito  
110 complexa e tem que ser mais simplificada para entendimento de todos.  
111 Claudio Bauso parabenizou a arquiteta representante do CAU pela  
112 ocupação de uma cidade mais abrangente, art. 15 da Lei 2719/16 cabe ao  
113 Conppac definir critérios e definir áreas patrimoniais de Ribeirão Preto, e  
114 alegou que o Conppac não foi notificado para opinar sobre a lei. Silvio  
115 Nogueira comentou que a lei está muito atrasada e precisa ser revista com  
116 urgência agradeceu por ter inserido a Rua Hudson para uso misto e ser  
117 colocado de maneira mais abrangente. Ana Miranda sugeriu que seja  
118 justificado o porque da mudança da lei, como a outorga onerosa que foi  
119 alterada, art. 26 Zona de expansão planejada com a exclusão de 02 artigos e  
120 a inserção novamente do texto. Marcelo Monteiro fez um contraponto em  
121 relação a redução da unidade para 20 m<sup>2</sup>, deve-se considerar a redução da  
122 família, falta de orçamento para bancar habitação, com isso a iniciativa  
123 privada tem que entrar com mais peso, reduzindo o tamanho da unidade  
124 terá unidades mais baratas proporcionando a possibilidade de aquisição por  
125 uma faixa maior da população, há uma mudança da sociedade que tem que  
126 ser levada em consideração. Tatiana Gaspar comentou sobre a exclusão do  
127 patrimônio histórico sem a apresentação de uma justificativa nesse sentido,  
128 reforça que a limitação das áreas patrimonial é de competência do  
129 Conppac. Luciana Freitas falou da relação do regramento do parcelamento  
130 do uso do solo sobre a policita de mobilidade urbana, o que balizou a  
131 minuta proposta as medidas de desestímulo dos veículos automotores  
132 individuais, não há priorização de modais ativos, mobilidade de bicicletas  
133 não há. Juscilene Nunes perguntou como ficará as comunidades que estão  
134 em área de risco, pois isso não foi tratado na lei. Edson Cebola perguntou  
135 sobre o crescimento imobiliário onde estará inserido as comunidades nas  
136 questões de saneamento básico e direito de moradia das pessoas  
137 vulneráveis. Catherine fez algumas considerações, agradecendo por todas  
138 as contribuições e que sejam enviadas por meio eletrônico, questões mais



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

139 específicas como dimensão de áreas que sejam enviadas para análise e que  
140 hoje a análise se faz pela 2157/07 e não pela 2505/12. Esclareceu que todas  
141 as audiências antes da pandemia foram presenciais e há prazo para  
142 finalização da LPUOS inclusive para regulamentar vários conflitos entre o  
143 Plano Diretor, Leis 2157/07 e 2505/12. Em relação ao patrimônio cultural  
144 falou que estamos abertos as contribuições e os convites são enviados a  
145 todos os conselhos e pediu ajuda aos professores da Barão da Mauá que  
146 ajudem na demarcação e a inventariar todo o patrimônio municipal, que  
147 todos que trabalham com patrimônio ajudem por contribuição e a PMRP  
148 está aberta as discussões presenciais. Sobre as comunidades, essa legislação  
149 não trata sobre habitação de interesse social, que foi tratado em lei  
150 específica. Em relação ao jardim aeroporto há uma zona aeroportuária que  
151 é o aeroporto e o entorno está considerado como zona mista de baixa  
152 densidade. Em relação a participação popular é de extrema importância  
153 reforçando que essa é a 10ª audiência pública, existe muitos conflitos que  
154 atrapalham o desenvolvimento da cidade. Em relação aos instrumentos do  
155 Estatuto da Cidade existe um regramento coloca pelo próprio estatuto que  
156 deve ser por edificações e urbanização com regramento de tempo, as  
157 atividades rurais não se enquadram no uso da área, todas as questões ainda  
158 estão sendo repensadas como forma de aplicação. O secretário Daniel  
159 agradece a presença e participação de todos e as 18:30 h encerra a  
160 audiência. E eu, Sabrina Silva de Andrade  lavrei a  
161 presente ata.





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

### Ata da Décima Primeira Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1      Aos catorze dias do mês de junho de 2021, aconteceu a decima primeira  
2      audiência Pública da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, por  
3      meio eletrônico via Webex (98) e transmissão pelo Facebook da PMRP  
4      (74). Totalizando 172 (cento e setenta e duas) pessoas. A abertura se deu  
5      as 16:00 h pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano,  
6      Daniel Marques Gobbi, que cumprimentou agradecendo a presença de  
7      todos. Apresentou a Arquiteta e urbanista Catherine D'Andrea que fará a  
8      apresentação e o Diretor do Departamento de Urbanismo o Advogado  
9      Amauri Francisco Lepore. Informou que esta será a penúltima audiência  
10     e que as contribuições deverão ser enviadas para o email da secretaria,  
11     esclarecendo que será concedido o tempo de 02 minutos a cada um e que  
12     o microfone será cortado após esse tempo. No momento das oitivas, Luiz  
13     Claudio Barreira pediu esclarecimento do art. 314 que fala sobre a  
14     alteração de área com restrição cartorial pede esclarecimento sobre essa  
15     questão. Marcos Papa perguntou sobre o requerimento aprovado na  
16     Câmara sobre o ofício 023 de abril/2020, solicitando a justificativa  
17     técnica sobre a ausência dos profissionais da FIPE que fosse registrado  
18     em ata. Sobre a presença da comissão de acompanhamento da revisão  
19     das leis e saber o status das revisões das leis complementares. Helena  
20     Rizzatti perguntou qual é a real necessidade de se fazer a revisão dessa  
21     lei devido ao período de pandemia uma vez que há uma urgência  
22     sanitária. Que para a ultima audiência não haja muitas alterações do  
23     texto e se houver que haja justificativa. Olga Hen fez duas colocações,  
24     sobre o entorno das unidades de conservação e zona leste que no art. 34  
25     cria uma flexibilização nos 35% de reserva, a preocupação é garantir a  
26     permeabilidade de 15% das áreas em loteamentos. Jessica Romero  
27     questionou sobre a transparência dos processos, a justificativa precisa ser  
28     apresentada, pois não há a participação da população e a participação da  
29     comissão de acompanhamento das leis. Laura Machado questionou sobre  
30     as propostas enviadas pela ACI que foram recebidas pelos técnicos e se  
31     ficou duvidas, sobre o quadro 5B se pode ser compatibilizado com texto  
32     de lei para ver quais mudanças ocorreram. Paulo Malavoglia pediu  
33     esclarecimento sobre as notas do estritamente residencial do porque foi





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

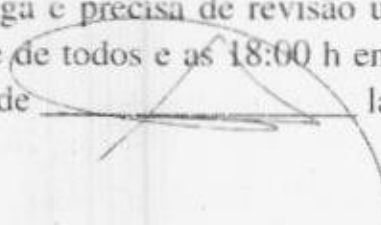
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

34 retirado da lei ficando restrito ao lote então deixa de existir o bairro  
35 residencial, pediu esclarecimento também sobre o art. 314 onde parece  
36 que alguns direitos registrados em cartório deixarão de existir ao longo  
37 do tempo. Carla Roxo comentou que fica difícil fazer uma análise  
38 ambiental na LPUOS sendo que cita diversas vezes o código do meio  
39 ambiente que está em revisão também para entendimento dos parâmetros  
40 das ZUE como no quadro de permeabilidade havendo divergência do  
41 que foi proposto pela FIPE, do que foi proposto em 2020 e o que está  
42 sendo proposto agora. Os mapas precisam se conversar carta ambiental,  
43 sistema viário e mobilidade. Luciana Freitas pede esclarecimento sobre  
44 as vagas de bicicletas em prédios públicos se vai levar em conta  
45 estruturas complementares, em relação a limitação de vagas máximas  
46 para veículos, devendo haver o desestímulo desse modal, tem que haver  
47 uma mudança mais incisiva no planejamento urbano. Livia Maria  
48 Gusson pediu esclarecimento se há revisão da lei de HIS colocando essa  
49 lei como complemento sendo um capítulo da lei. Tiago Said parabenizou  
50 a equipe e pediu para que todos pensem, pois há aumento significativo  
51 no pós pandemia, precisa-se de incentivo para habitação de interesse  
52 social para baratear o valor do lote, se faz necessidade da celeridade do  
53 processo. Marcos Vinicius Beliz enfatizou sobre demonstrar a  
54 necessidade de urgência com dados e ressaltou a questão da mobilidade  
55 urbana em garantir a guarda desses bicicletários devendo ter incentivo ao  
56 modal, pensar na limitação de vagas de carros, abrir mais espaços para  
57 fala para ser garantido todos os pontos. Claudio Roberto Alem falou  
58 sobre a lei de HIS que necessita de ajustes, caso não seja acatado se  
59 haverá revisão dessa lei. João Theodoro parabenizou o trabalho de todos  
60 os técnicos com o objetivo de concretizar a mudança na legislação  
61 municipal, e relembra que quem produz o desenvolvimento da cidade é a  
62 iniciativa privada e se não houver um ambiente propício para que realize  
63 as atividades que ela desenvolve, quer seja no parcelamento do solo, e na  
64 produção habitacional nos veremos uma multiplicação da habitações  
65 informais, nas invasões de terras públicas que é muito recorrente no  
66 Brasil. Então é importante o trabalho que compatibilize, que junte  
67 esforço tanto do poder público como na iniciativa privada, sem isso o  
68 resultado é muito pior, com equilíbrio para não onerar o custo da



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

69 iniciativa privada. Catherine fez um panorama de respostas, em relação  
70 da compatibilização do código do meio ambiente e da lei de  
71 parcelamento, que houve a participação ativa da secretaria do meio  
72 ambiente e será compatibilizado com a LPUOS. Porque a pressa de  
73 aprovação da lei esclareceu que o Plano Diretor estabeleceu dois anos  
74 para a revisão das leis alegando que há conflitos em todas as leis e que  
75 precisam ser resolvidos nessa lei de parcelamento, a zona de expansão  
76 urbana está diferente daquela aprovada pelo Plano Diretor. Em relação a  
77 questão da transparência deixa claro que o processo todo do  
78 desenvolvimento da revisão se tornará público em todos os aspectos, o  
79 projeto de lei apresentado em abril de 2020 não foi a última versão, e que  
80 ainda está aberta a contribuições. Pediu para que a Luciana Freitas e a  
81 Olga que mandem por escrito suas contribuições, para a inclusão em  
82 mapas e compatibilização das duas legislações. Pediu para que a ACI  
83 envie as contribuições propostas em reunião. Explicou sobre as  
84 restrições cartoriais e que será analisada e haverá melhoramento. Sobre a  
85 questão do HIS e lei não está em revisão, mas sim em vigor, mas trazer o  
86 HIS sobre o parcelamento iria gerar um problema maior devido a  
87 extensão do texto. O secretário Daniel comentou sobre a participação  
88 popular, falar que da forma virtual é inadmissível, pois o canal virtual é  
89 mais amplo. Sobre a comissão de revisão das leis muitos funcionários  
90 não estão mais no poder público e essa comissão era apenas comunicada  
91 das revisões sem poder de decisão, sobre a FIPE o contrato já foi  
92 encerrado. Amauri comentou que participou de todas as audiências e  
93 que houve muita participação popular com efetivação das contribuições,  
94 a lei 2157/07 é muito antiga e precisa de revisão urgente. O secretário  
95 Daniel agradece a presente de todos e as 18:00 h encerra a audiência. E  
96 eu, Sabrina Silva de Andrade  lavrei a presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

### Ata da Décima Segunda Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1      Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2021, aconteceu a décima  
2      segunda audiência Pública da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do  
3      Solo, por meio eletrônico via Webex (95) e transmissão pelo Facebook  
4      da PMRP (70). Totalizando 165.(cento e sessenta e cinco) pessoas. A  
5      abertura se deu as 15:00 h pelo Secretário de Planejamento e  
6      Desenvolvimento Urbano, Daniel Marques Gobbi, que cumprimentou  
7      agradecendo a presença de todos. Apresentou o Diretor do Departamento  
8      de Urbanismo o Advogado Amauri Francisco Lepore e o arquiteto e  
9      urbanista José Antonio Lanchoti que fez a apresentação do texto. Amauri  
10     agradeceu a presença de todos. Agradeceu a todos os técnicos que  
11     participaram ativamente na elaboração do texto. No momento das oitivas  
12     foi avisado que o tempo para fala será de 03 minutos e após esse tempo o  
13     microfone será cortado. Igor da ACIRP parabenizou a todos pelo  
14     trabalho e fez algumas considerações sobre a ZPC que é solicitado que  
15     qualquer imóvel que sofrerá por alteração tem que haver aprovação,  
16     porque dessa necessidade solicitando a retirado desse parágrafo do texto.  
17     Tiago Scatena, nas UOPS existe mecanismos para os novos loteamentos  
18     na implantação dos equipamentos públicos, pediu explicação sobre o  
19     parágrafo 1º do art. 21 sobre a zona especial aeroportuário. Mario falou  
20     sobre a dúvida do CUB e explicar a aplicação dele na formula, outro  
21     questionamento sobre as contrapartidas sem limites definidos e sobre a  
22     Mata de Santa Tereza sobre os lotes já definidos, pois a linha do mapa  
23     corta esses lotes ao meio, como isso será resolvido. Prof. Elias Vieira  
24     falou sobre a ZUP quais os mecanismos para incentivar a ocupação dessa  
25     Zona, e qual o critério para definir o espaço de incidência da outorga  
26     uma vez que ela se destina a arrecadar um valor e altera o coeficiente  
27     básico já definido, alterando isso há previsão dos impactos que essa  
28     alteração causada no entorno desse empreendimento uma vez que o  
29     coeficiente foi alterado, sobre o Plano Diretor que trata do zoneamento  
30     da cidade e que na lei também é tratado, mas percebe-se que quando o  
31     Plano Diretor passa a ser o plano tradicional que tem leis  
32     complementares tem que haver cuidados para não haver uma  
33     congruência com o que trata no Plano Diretor e o que se trata na lei

## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

34 específica. Haverá uma comissão que será responsável para tratar casos  
35 omissos na lei. José Batista comentou que estamos no nono ano da queda  
36 da lei 2505/12 e os empresários estão acompanhando todos os trabalhos  
37 e enviou varias proposituras inclusive de inconstitucionalidade na lei e  
38 não houve inclusão nas propostas apresentadas que o modelo  
39 apresentado é compartilhado progressiva. pediu as justificativas do que  
40 não foi aceito e até o momento nada se colocando a todo o tempo para  
41 contribuir e a lei tem series de detalhes que não planejam a cidade. João  
42 Theodoro Feres colocou sobre a preocupação apontada num conjunto de  
43 proposituras que poucas foram aproveitadas, não houve retorno do que  
44 foi aceito ou não, essas contribuições tratam de constitucionalidade então  
45 são aspectos da máxima importância que poderão gerar demandas  
46 jurídicas gravíssimas e particularmente coloca a profunda preocupação  
47 sobre o entendimento da aplicação da outorga onerosa, porque da forma  
48 como estabelecida vai gerar dificuldade muito grande e uma  
49 desorganização imediata do mercado imobiliário na enxurrada de  
50 processos administrativos que acontecem para o licenciamento no prazo  
51 em que a outorga não será cobrada inclusive não atendendo aspectos  
52 apontados pela Assilcon à administração pública não distinguiu aqueles  
53 terrenos que foram produzidos para edificação verticalizada e aqueles  
54 que não foram produzidos, ou seja a administração está beneficiando  
55 aqueles que não investiram e penalizando aqueles que investiram pra  
56 produzir terrenos destinados a um maior adensamento espera continuar  
57 com o dialogo para as contribuições. Julia/USP, preocupação com os  
58 loteamentos com restrição cartorária, mas na versão dos mapas não há  
59 garantias, pede explicação sobre o art. 37 inciso 8º, esperava mais  
60 detalhamento das alterações, pois as mudanças são muito abruptas.  
61 Helena Rizzatti colocou que a lei está passando por uma grande alteração  
62 principalmente com o mapeamento do uso do solo, com dificuldade de  
63 entendimento nos usos, mostrando um aprofundamento da desigualdade  
64 socioespacial que já é histórico e que vai pior com essa nova proposta.  
65 Luiz Felipe Queiroz ponto da zona de expansão mineraria no sul da  
66 cidade que está dobrando de tamanho encostando-se a áreas de zona de  
67 ocupação mista, essa atividade é prioritario para cidade, o que é melhor  
68 para a cidade quais são os benefícios que essa expansão traz para cidade.





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

69 Rafaela Carneiro fez trabalho com todos os itens que consideraram se  
70 extrema importância incluindo justificativas e propostas, mas até o  
71 momento não houve retorno do que foi acatado ou não e esse retorno é  
72 importante para dar sequência na análise da minuta para não haver  
73 retrabalho nas análises. Andre Luis Martins pediu esclarecimentos sobre  
74 a outorga em hospitais e clínicas se estará isento do pagamento.  
75 Fernando Freire duvida sobre a faixa de amortecimento da Mata de Santa  
76 Tereza, quais serão os parâmetros para as áreas que sofrerão a influência  
77 da faixa de amortecimento. Jessica Romeiro reiterou os comentários da  
78 professora Helena, que a lei é muito complexa, que não há a participação  
79 popular como se deveria, o trabalho da FIPE foi desconstruído por qual  
80 motivo, zona Norte fica com ônus na revisão dessa lei. Marcelo  
81 Maçoneto preocupação das áreas de entorno próximo das rodovias que  
82 deveriam ser voltadas para implantação de indústrias e logísticas, mas  
83 muitas delas estão com uso misto, bairros como Lagoinha e Tanquinho  
84 em não permitir a construção de residências que acabam expulsando  
85 essas indústrias e inviabilizando os empreendimentos, entende que tem  
86 problemas com prazos para análise de novos projetos, na espera por anos  
87 para aprovação, e na lei deveria especificar tempos máximos de análises  
88 e não exigir contrapartidas de empresas que não esteja relacionada com o  
89 impacto do empreendimento que estão gerando e ser relacionado desde o  
90 início da análise as exigências para que não sejam pedidas durante a  
91 análise do projeto. Andre Inácio parabenizou a equipe, mas acredita que  
92 a discussão está muito acelerada e atropelada. Que o processo ficou  
93 parado muito tempo e há uma aceleração sobrenatural, mas tem que  
94 haver uma discussão melhor. A Indústria foi restringida no zoneamento  
95 atual e não há uma contemplação para o futuro o que deixa muita  
96 preocupação e não haverá aceitação e retrocesso nas classificações de  
97 riscos nas zonas que são específicas para esse fim. Silvio Contart sobre a  
98 outorga onerosa que faz um nivelamento equalizando todos os terrenos  
99 da cidade velha e da nova, não entende realmente o aspecto de  
100 planejamento que ela está tendo, mas sim com o aspecto apenas  
101 arrecadatório, outra explicação sobre os PARS explicar melhor o  
102 zoneamento com restrições e parâmetros e quando acontecer o PAR isso  
103 irá mudar, não justifica. Eduardo Molina agradeceu pela inserção das





## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

104 contribuições feitas pela Secretaria de Desenvolvimento há preocupações  
105 sobre a ampliação dos espaços para investimentos privados em zonas de  
106 desenvolvimento empresarial, e isso é relevante, pois a maior  
107 concentração de emprego está nas zonas sul, leste e centro e a  
108 distribuição de empregos é chave para melhorar a vida da população, pois  
109 estarão mais perto das moradias diminuindo o tempo de deslocamento. O  
110 arquiteto Lanchoti fez algumas considerações, sobre as contribuições  
111 trazidas na audiência de hoje esclarecendo que estão produzindo uma  
112 cidade totalmente heterogênea e tentando encontrar um equilíbrio de  
113 todos os interesses da cidade, compreende as colocações falas e perfil,  
114 mas o equilíbrio é a grande dificuldade. O secretário Daniel comentou  
115 que a próxima audiência será presencial e será comunicado a todos com  
116 antecedência, agradeceu a presença de todos e as 17:30 h encerra a  
117 audiência. E eu, Sabrina Silva de Andrade ~~lavrarei a~~ lavrei a  
118 presente ata.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

### Ata da Décima Terceira Audiência Pública para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2021, aconteceu a décima  
2 terceira audiência Pública da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do  
3 Solo, no Auditório Meira Junior do Teatro Pedro II, sito a rua Alvares  
4 Cabral, 370, Centro, nesta cidade de Ribeirão Preto e contou com a  
5 presença de 93 (noventa e três) pessoas. A abertura se deu as 18:30 h  
6 pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Daniel  
7 Marques Gobbi, que cumprimentou agradecendo a presença de todos.  
8 Apresentou o Diretor do Departamento de Urbanismo o Advogado  
9 Amauri Francisco Lepore e o arquiteto e urbanista José Antonio  
10 Lanchoti que fez a apresentação do texto. Amauri agradeceu a presença  
11 de todos. Agradeceu a todos os técnicos que participaram ativamente na  
12 elaboração do texto. No momento das oitivas foi avisado que o tempo  
13 para fala será de 03 minutos e após esse tempo o microfone será cortado.  
14 Platinir Nunes falou que tem 40 mil pessoas em situação de risco e o  
15 conselho não é ouvido e pediu esclarecimentos sobre a distribuição das  
16 Zeis, essa lei não passou pelo conselho municipal de habitação para  
17 votação e percebe-se que há favorecimento aos empresários, e não há  
18 recursos para a produção de HIS1. Tiago Scatena analisou sobre as peças  
19 orçamentárias e peças urbanística que são peças complexas, mas o  
20 modelo de crescimento da cidade há um custo alto, no PPA e LOA estão  
21 claros os investimentos, que não há como a cidade crescer, pois a cidade  
22 há um limite que tem que ser respeitado. Vinicius ramo da construção  
23 civil quer saber sobre as melhorias de acessibilidade se pode usar os  
24 recuos para adaptar os prédios antigos à legislação atual. Jessica Coletivo  
25 todas as vozes e entrega os apontamentos por escrito. Cristina Caliento  
26 preocupada com a manutenção das restrições cartoriais, perguntando  
27 quais seriam as restrições previstas. Luiz Claudio Barreira perguntou  
28 sobre os gabaritos dos imóveis de frente as vias coletoras terão gabarito  
29 básico, como fazer a fiscalização se não há profissional suficiente, em  
30 relação da rua Hudson já há alteração consolidada e para que isso ocorra  
31 tem que haver estudo de EIV específico e consultada previamente a  
32 população envolvida e isso não ocorreu. Igor Pires questionou sobre as  
33 ZPCs, quais os parâmetros que serão definidos e qual o prazo para que



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

34 não haja entrave junto ao Conppac. Paulo Langrove falou sobre a  
35 degradação do centro devido à morosidade das devolutivas dos processos  
36 do Conppac e isso precisa ser mudado. Mariana representando a Zona  
37 Leste duvida sobre o quadro 03 da UOP Zona Leste e houve alteração na  
38 medida da face do lote, isso impedirá o desdobro nos lotes. Debora  
39 Prado, falou sobre o ordenamento do solo, instrumentos urbanísticos não  
40 apontam como atingir o ordenamento do solo. Queremos cidades mais  
41 dispersas usando o coletivo individual, queremos que áreas  
42 infraestruturas sejam ocupadas a outorga deve ser usada e se queremos  
43 efetivar a acessibilidade do pedestre não podemos mais construir quadras  
44 grandes permitindo o fechamento das mesmas. Eunice moradora de  
45 comunidade, comentou que não se ouvia falar da Zona Norte e nem das  
46 comunidades, há dificuldade em transporte, moradia, educação, saúde e  
47 se faz necessário ter um olhar mais apurado. Luiz Alberto comentou  
48 sobre o quadro 04 mostrou que a norma utilizada está desatualizada  
49 gerando dados errados. Geraldini pediu para que todos os conceitos  
50 apresentado na lei seja implantado na cidade como um todo. Marcia  
51 Robiano falou que a audiência foi realizada em local inapropriado e a  
52 marcação do tempo foi muito estranha, a lei tem que ser repensada na  
53 forma como foi apresentada. Renato Zucolotto disse que acompanhou  
54 todas as audiências e que a lei irá para a Câmara e haverá ainda varias  
55 discussões quando a lei for enviada para a Câmara e todos serão ouvidos  
56 para se construir uma cidade melhor para viver melhor. Amauri colocou  
57 que todas as boas intenções foram atendidas. Lanchoti faz suas  
58 considerações sobre como a equipe tem se dedicado para a elaboração da  
59 lei e acompanhou todo o crescimento da cidade e aqui há interesses de  
60 todos os lados e regiões. Trata-se de uma lei muito grande cheia de  
61 detalhes e complexidade pensando na cidade como um todo. Lanchoti  
62 agradece a presença de todos. O secretário Daniel informa que haverá  
63 uma audiência sobre o Plano de Mobilidade e todos serão convocados  
64 em breve para participarem, esclareceu que esse Projeto de Lei não  
65 houve interferência política, foi realizada pela equipe técnica e tentou-se  
66 fazer o melhor possível para a sociedade, pois há vários interesses e  
67 conciliar todos é quase impossível. Precisamos dar emprego e qualidade  
68 de vida para a população como um todo. A Lei foi feita para Ribeirão



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

69 Preto e não para o Setor A, B ou C, erros existiram e estamos fazendo os  
70 ajustes finos, as contribuições ainda estão abertas e podem ser enviadas  
71 ainda, agradeceu a presença de todos e as 21:00 h encerra a audiência. E  
72 eu, Sabrina Silva de Andrade ~~\_\_\_\_\_~~ lavrei a presente ata.



Ribeirão Preto, 02 de dezembro de 2021.

Ao Gabinete,

Em atenção ao requerimento de nº 8187/2021, de autoria do mandato coletivo popular Judeti Zilli, que requer informações sobre a saúde da população negra, temos a informar:

Conforme informações encaminhadas do Conselho Municipal de Saúde, embora tivesse havido tentativas de tratar da implantação do Comitê Municipal de Saúde da População Negra, o comitê ainda não foi oficialmente implantado. Seguem anexas as atas das reuniões em que as buscas localizaram o assunto.

Não ficaram esclarecidos nos registros do Conselho Municipal de Saúde os motivos da não implantação do referido comitê.

Com relação aos planos, programas, campanhas, projetos, diretrizes, estratégias e/ou políticas executadas pelo Executivo Municipal referente à saúde da população negra, a Secretaria da Saúde aprovou o Plano Municipal de Saúde 2022-2025 com as seguintes metas que se relacionam mais diretamente à população negra:

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Meta Prevista			
			2022	2023	2024	2025
1.3.12	Implantar a oferta do exame de eletroforese de hemoglobina para gestantes e parceiros em 100% da rede de atenção primária à saúde.	Percentual de unidades de saúde que ofertam o exame de eletroforese de hemoglobina	100,00	100,00	100,00	100,00
6.3.2	Realizar pelo menos duas capacitações anuais dos trabalhadores da saúde com vista ao atendimento humanizado e acolhimento da população negra, LGBTQIA+, população em situação de rua, pessoa com deficiência e com transtornos mentais.	Número de capacitações realizadas.	2	2	2	2

Além das duas metas acima relacionadas, o Plano Municipal de Saúde conta com outras 104 metas para melhoria da saúde da população geral de Ribeirão Preto.

Atenciosamente,

**Dilson Braz da Silva Júnior**  
Diretor do Departamento de Planejamento  
em Saúde



## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 25 de março de 2010

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dez, às dezenove horas e vinte e um minuto, no Auditório da Secretaria Municipal da Saúde situado a Rua Prudente de Moraes, 457 - Centro, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, com a presença da Assistente da Secretária Municipal da Saúde Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner e os conselheiros titulares: Dr. Stênio José Correia Miranda, Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira, Sr<sup>a</sup> Joyce Maria W. Gabrielli, Sr<sup>a</sup> Odete Mondini Guimarães, Sr. Ângelo do Carmo S. Matthes, Sr<sup>a</sup> Deise Cristina Albuquerque Lins, Sr. José Roberto da Costa Marques, Sr. Saulo Aparecido Ignácio, Sr<sup>a</sup>. Maria Cristina B. V. P. de Carvalho, Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini, Sr. João Francisco Alves Correa, Sr. Lázaro Umberto Marques, Sr. Marcos Antônio Bardella, Sr. Almir Vitoriano Rolim e os conselheiros suplentes: Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner, Sr<sup>a</sup> Maria Luiza as Silveira Santa Maria, Sr<sup>a</sup> Maria Cristina Nunes Consoli, Sr<sup>a</sup> Tânia Magali Toniolli, Sr<sup>a</sup> Teresinha de Cássia M. Zaupa, Sr. Benedito Nibi Ribeiro, Sr. José Mario Domeneguet, Sr. Miguel Ferrer Briones e Sr. Valdomiro Martins da Silva. Justificaram ausência: Sr. Valdes Roberto Bollela, Sr. Wilson de Andrade Santos, Sr. José Carlos Brandão e Sr<sup>a</sup> Nicélia Marques Correa. Palavra da Presidenta: Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner saúda os presentes, desejando boa noite a todos. Inicia comentando sobre a visita a UPA de São Bernardo do Campo solicitada pelos conselheiros. Comenta que a equipe fez um relatório de avaliação e que a proposta da estrutura física não será aceita, pois se trata de um material de rápida deterioração. Sr. José Roberto da Costa Marques comenta que fez uma Ata sobre a visita e ressalta que o tipo de material usado não é adequado para a UPA de Ribeirão Preto. Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira ressalta a importância de mudar a lógica do sistema de trabalho. Sr. Bruno Tessari Cobra diz que é importante a colocação da Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa e complementa que os equipamentos são de qualidade, a unidade apresenta um fluxo adequado e aparente humanização. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner explica que a proposta de mudança é em relação a construção e não do projeto. Palavra dos Conselheiros: Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini solicita que as pessoas que utilizarem o auditório tenham mais cuidado, pois usam e deixam os microfones e aparelhos desmontados. Sugere que seja feita uma visita a UPA de São José do Rio Preto. Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira comenta sobre o projeto do Pró-Saúde que foi aprovado e que possibilita um investimento junto a Secretaria Municipal de Saúde e solicita correção da divulgação da IV Conferência Municipal de Saúde Mental, pois Ribeirão Preto está participando da I e que se retire dos panfletos "nº de vagas limitadas", pois o limite é para o número de delegados. Sr. José Mario Domeneguet solicita que seja colocado para discussão a UBS Jardim Aeroporto e o Leva e Traz da Saúde para que ambos tenham atendimento até as 22:00h (vinte e duas horas). Informa sobre um pedido de instalação de duas PSF: um no Jardim Salgado Filho e uma no Jardim Jockey Club e um consultório odontológico na EMEI Teresa Rodrigues e solicita que seja atendido as reivindicações da UBS Quintino I. Sr. Almir Vitoriano Rolim comenta sobre os problemas ocorridos na UBDS Vila Virginia, fala sobre o pedido de ampliação da Unidade e solicita que seja pauta da próxima reunião. Sr. Lázaro Umberto Marques solicita que a discussão sobre a UBDS Vila Virginia seja na próxima reunião. Sr. José Roberto da Costa Marques pergunta sobre a transferência das consultas dos dois dias de greve, como será definida a remarcação. Sr. Marcos Antônio Bardella comenta que é um representante do Comitê de Saúde da População Negra e diz que nunca houve uma reunião. Sr. João Francisco Alves Correa fala da importância da comunicação e informação aos novos conselheiros e comenta a falta de investimento do governo nas UBS's e UBDS's. Passa os Informes. 1 - Dr<sup>a</sup> Rosângela Ap. Murari Mondadori, coordenadora do CEREST, solicita inclusão de pauta para aprovação de adendo ao Plano de 2009 a 2013 para reforma e mudança da sede do CEREST, que está diretamente ligado a liberação de verba de 2008. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação o pedido de inclusão de pauta. O pedido de inclusão é aprovado, por unanimidade. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner comenta sobre a ata que não foi aprovada e faz a proposta de apresentarem a Prestação de Contas do Leva e Traz da Saúde e do Convênio dos Leitos na próxima reunião. Sr. Marcos Antônio Bardella diz que não concorda com a aprovação da ata sem que se apresente o prestação de contas solicitado pelos conselheiros. Sr. José Roberto da Costa Marques discorda e diz que a ata deve ser aprovada e que a Secretaria Municipal da Saúde prestará contas. Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira diz que é um direito do conselheiro exigir o prestação de contas e sugere que seja definida uma data para pautar em reunião. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner informa que há vários temas para pautar e sugere que sejam marcadas reuniões extraordinárias. Sr. Saulo Aparecido Ignácio explica que, se o escrito reflete com o que ocorreu na reunião, a ata deve ser aprovada e sugere que na próxima reunião seja pautados os assuntos do Prestação de Contas do Leva e Traz da Saúde e do Convênio Leitos. Sr. Marcos Antônio Bardella retira o seu comentário anterior sobre não aprovar a ata. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação a proposta de haver uma reunião extraordinária no dia 15 de abril para pautar a UBDS Vila Virginia e na reunião ordinária do dia 29 de abril pautar a Prestação de Contas do Leva e Traz da Saúde e do Convênio Leitos. A proposta é aprovada, por unanimidade. Dá início à ordem do dia: Item 1 - Aprovação da Ata do dia 26/01/10 e da Ata do dia 25/02/10 - Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação a Ata do dia 26/01/10. A Ata é aprovada por unanimidade. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação a Ata do dia 25/02/10. A Ata é aprovada por unanimidade, mas com a seguinte correção: nas linhas 23 e 24 onde se lê: todas as pessoas acima de 60 anos que receberão vacinas contra a Influenza Sazonal e a Influenza H1N1, leia-se: pessoas acima de 60 anos receberão vacinas contra a Influenza Sazonal e, as com doenças crônicas, receberão também a Influenza H1N1; e na linha 44 onde se lê: Conferência Municipal da Saúde Ambiental, leia-se: Conferência Municipal da Saúde Mental. Item 2 - Apreciação do Relatório de Gestão 2009 - Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner

explica que o Relatório foi encaminhado com antecedência e que será discutido apenas as dúvidas, mas que toda a equipe da Secretaria esta presente e a disposição para responder a qualquer questionamento. Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira comenta sobre a média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas e diz que a meta realizada foi a metade da capacidade que poderia atingir. Diz que a Atenção Básica está debilitada e que precisa mudar o sistema de atendimento. Atenta para a seguinte correção: onde se lê: Depreciação dos equipamentos odontológicos, excesso de manutenção e assistência técnica, lê-se: Depreciação dos equipamentos odontológicos, excesso de necessidade de manutenção e assistência técnica. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner faz uma consideração a fala da conselheira Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira e diz que a Secretaria está em busca do fortalecimento e melhoramento da Atenção Básica e a proposta é de se criar um departamento somente de Atenção Básica para desvincular de Urgência e Emergência. Sr. Ângelo do Carmo S. Matthes cumprimenta a Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira e comenta que Ribeirão Preto é uma cidade diferente das demais e que não podemos utilizar os indicadores propostos, pois não reflete a nossa realidade. Diz que a população está procurando os serviços privados, pois os profissionais estão com tempo ocioso. Sr<sup>a</sup> Mônica Z. O. Toniello diz que o índice de citado pela Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira está maior devido atendimento de pacientes de outras cidades e regiões. Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini comenta sobre a falta de agentes comunitários para fortalecer a Atenção Básica. Sr. Marcos Antonio Bardella ressalta que a Atenção Básica, baseada nos indicadores do Relatório de Gestão, deixou muito a desejar para a população de Ribeirão Preto. Questiona sobre o Comitê de Saúde da População Negra que nunca houve reunião e da falta de convênio com as Universidades. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner explica que o Comitê é intersetorial e a Secretaria da Saúde encaminhou os nomes dos representantes. Sr. Saulo Aparecido Ignácio comenta que os atendimentos com P.A. e especialidades foram ultrapassados com base na meta proposta e que isso não é bom, como também, a Atenção Básica atingiu apenas metade da sua capacidade e isso também não é bom. Diz que é um problema com a maioria das cidades e que Ribeirão Preto pode reverter a situação, se baseando em países desenvolvidos e investindo em agentes comunitários. Sr. Almir Vitoriano Rolim diz que a colocação do Sr. Ângelo do Carmo S. Matthes está errada ou há má distribuição de profissionais, pois há unidades em que a população não tem atendimento. Sr<sup>a</sup>. Maria José Bistafa Pereira ressalta a importância do investimento em Atenção Básica. Sr. Ângelo do Carmo S. Matthes diz que deve haver uma parceria entre a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Educação e que se deve investir mais na educação para tentar alterar a cultura da população. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação. O Relatório de Gestão 2009 é aprovada por unanimidade. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner sugere que a Pauta seja invertida e que seja colocada em votação a solicitação de inclusão de pauta da Dr<sup>a</sup> Rosângela Ap. M. Mondadori. A Inversão da pauta é aprovada com 16 votos a favor e 02 votos contrários. Dr<sup>a</sup> Rosângela Ap. M. Mondadori explica que foi aprovado um plano que teria um repasse para o ano de 2008 e que esta verba não foi recebida. Explica que esta verba seria liberada se o CEREST apresentasse um projeto. Como o CEREST não possui uma sede própria e paga aluguel, foi aprovado junto ao Conselho, reforma de um prédio de propriedade do município de Ribeirão Preto e mudança do CEREST para sede própria. Sr. Marcos Antônio Bardella declara seu voto a favor e diz que é de extrema importância o CEREST ter uma sede própria. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner coloca em votação. O projeto é aprovado por unanimidade. Item 3 - Início - Atenção Básica - Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner explica que não será discutida a estratégia da Atenção Básica, será apenas uma introdução e apresentação do histórico. Comenta sobre o início do SUS e a implantação dos programas e projetos de prevenção de doenças. Ressalta que a Atenção Básica é o primeiro contato com o usuário e se o trabalho for realizado poderá evitar o atendimento no P.A., comenta sobre os indicadores apresentados no Relatório de Gestão e a importância da formação dos profissionais nas universidades. Não havendo mais ninguém a se manifestar. Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner agradece a presença de todos desejando uma boa noite, dando por encerrada a reunião, às vinte e duas horas e dezessets minutos. Nada a mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que assinada por mim Gabriela Aparecida de Oliveira Aparício, Secretária, juntamente com a Assistente da Secretária Municipal da Saúde Sr<sup>a</sup>. Darlene Caprari Pires Mestriner. Ribeirão Preto, 25 de março de 2010.

## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 27 de agosto de 2010

Aos vinte e sete dias de agosto de dois mil e dez, às dezenove horas e vinte minutos, no Auditório da Secretaria Municipal da Saúde situado a Rua Prudente de Moraes, 457 – Centro, realizou-se a **Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde**, convocada através de Ofício Circular nº 111/10, com a presença do Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. Stênio José Correia Miranda e os **conselheiros titulares**: Srª Mari Ângela Gonçalves, Srª Tânia Magali Toniolli, Srª Maria José Bistafa Pereira, Srª Odete Mondini Guimarães, Srª Daise Cristina Albuquerque Lins, Sr. José Roberto da Costa Marques, Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini, Sr. Lázaro Umberto Marques, Sr. Marcos Antônio Bardella, Sr. Almir Vitoriano Rolim e os **conselheiros suplentes**: Sr Sandro Scarpellini, Sr Miguel Ferrer Briones e Sr Daniel Paulo dos Santos. **Justificaram ausência**: Srª Darlene Caprari Pires Mestriner, Sr. Saulo Aparecido Ignácio, Srª Nicélia Marques Correa, Sr. João Francisco Alves Correa e Sr. Elizeu Candido Rocha. **Palavra do Presidente**: Dr. Stênio José Correia Miranda inicia desejando boa noite à todos. Verifica que ainda não há "quorum", dá início aos trabalhos com a **Palavra dos Conselheiros**: Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini informa que está disponível para cada conselheiro um CD sobre as Políticas de Saúde no Brasil. Fala sobre o curso de Capacitação de Conselheiros que está fazendo em São Paulo juntamente com o conselheiro Sr Marcos Antonio Bardella e que, após a conclusão do curso, eles irão repassar para dos demais conselheiros, diz que conseguiram mais duas vagas e acredita que seria interessante que as mesmas fossem preenchidas por representantes dos gestores ou trabalhadores, visto que eles já estão representando os usuários. Fala sobre a importância da apresentação de uma clínica terapêutica, pois o problema das drogas está cada vez mais presente na sociedade. Sr. Marcos Antônio Bardella fala sobre o Curso de Capacitação de Conselheiros, explicando que existe uma verba do Estado para essa capacitação. Diz que conselheiros de diversos municípios estão participando. Fala sobre o Encontro de Aids que participou na Praia Grande e que tratou dos problemas e dificuldades enfrentados, principalmente, pelos homossexuais portadores de HIV. Informa que será realizada em Ribeirão Preto, a Conferência Municipal de Álcool e Drogas e a Conferência sobre a Saúde Carcerária, que se alguém tiver interesse em participar da Comissão organizadora, procurá-los. Srª Daise Cristina Albuquerque Lins informa que está com o Contrato da OSCIP contratada para a UBDS Central e solicita que os conselheiros que formam a Comissão para Acompanhamento desse contrato possam reunir-se e discuti-lo. Dr. Stênio José Correia Miranda esclarece que o contrato foi estabelecido em caráter de urgência com validade de três meses, podendo ser prorrogado por mais três meses. Srª Maria José Bistafa Pereira diz que o Conselho precisa deliberar sobre o contrato com a OSCIP, pois a partir do momento que não há deliberação, o Conselho perde seu papel. Acredita que, a partir do momento que tiver quorum, é importante retomar a função deliberativa do Conselho. Fala que a Câmara comentou sobre a falta de posicionamento do Conselho com relação a OSCIP, ao Santa Lydia. Informa que solicitou que seja incluída como pauta a discussão sobre o Hospital Santa Lydia. Dr. Stênio José Correia Miranda esclarece que na última reunião do Conselho, foram indicados três conselheiros para prestarem depoimento na Comissão Especial de Estudos da Câmara em relação à OSCIP, o Sr Almir, Sr Marcos e Sr Roberto. Informa que apenas o Sr Marcos compareceu e que o acompanhou nessa reunião. E que os vereadores questionaram, pois no Ofício que foi enviado a eles, ressaltamos que o Conselho não havia ainda deliberado sobre o assunto e que o conselheiro falaria em seu próprio nome. Foi explicado a eles que devido à urgência, os conselheiros foram comunicados na primeira reunião após a assinatura do contrato, que houve algumas manifestações, mas não chegou a ocorrer a deliberação. Diz que concorda com a conselheira sobre a importância do papel do Conselho. Não havendo mais nenhum inscrito prossegue com os **Informes**: **1)** Ofício do Hospital São Francisco solicitando a alteração do Sr José Cleber do Nascimento Costa pelo Sr Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes como representante no Conselho. **2)** Informação sobre o Curso de Capacitação de Conselheiros, que é promovido pelo Conselho Estadual de Saúde durante três meses, que se alguém mais tiver interesse em participar, procurar a secretária do Conselho. **3)** Informe que ocorrerá uma Reunião Extraordinária no dia dezesseis de setembro para discutir o Plano Municipal de Saúde, conforme solicitado pela conselheira Srª Maria José Bistafa Pereira e terminar a discussão sobre o Estudo dos leitos de urgência do município. Informa que as reuniões da Comissão Municipal de Saúde possuem um calendário público, onde podem ser apresentadas sugestões de pauta, que serão discutidas pelos membros da Comissão. **4)** Solicitação de indicação de um titular e um suplente para cada Comissão de Acompanhamento das Obras do QUALISUS, que é um projeto de reforma das Unidades Distritais de Saúde, onde parte dos recursos é financiada pelo Ministério da Saúde. Srª Maria José Bistafa Pereira sugere que essas Comissões tenham a participação de estudantes, pois acredita que será de grande aprendizado para os mesmos. Após discussão, fica determinado que para acompanhar a obra da UBDS Castelo Branco, irão os conselheiros Sr José Roberto da Costa Marques, Sr Roberto Gonçalves Gualtolini e a estudante Carolina Souza Assis. Para acompanhar a UBDS Quintino II, irão os conselheiros Sr Almir Vitoriano Rolim, Srª Maria José Bistafa Pereira e a estudante Sabrina Rombach. Para acompanhar a obra da UBDS Central, irão o Sr Marcos Antonio Bardella, o Sr Elizeu Cândido Rocha, que não está presente na reunião, mas teve o nome indicado pelos conselheiros presentes e a estudante Bruna Moreno Dias. **5)** Gabinete da Vereadora Gláucia Berenice informa que na próxima quarta-feira às 18:00h ocorrerá abertura da I Semana de Alerta do Uso de Álcool na Gestação. Dr. Stênio José Correia Miranda informa que ainda não há quorum, mas dará início, pois o primeiro item da pauta é somente apresentação. **Item 1) Apresentação Clínica Terapêutica Serenidade**. Sr João Carlos Calil Angelini, administrador da clínica, inicia a apresentação informando que a clínica fica localizada



no município do Piracicaba e que o objetivo do tratamento é que a pessoa possa ter condições de conviver em sociedade. Explica que a Clínica utiliza o método dos doze passos, que o trabalho é realizado de maneira com que a pessoa perceba por si mesma o quanto a droga é prejudicial. A equipe de profissionais da clínica é composta por médico psiquiatra e clínico geral, psicóloga, assistente social, auxiliar de enfermagem, terapeutas, cozinheira e auxiliar de serviços gerais, entre outros profissionais. Explica que tem terapia ocupacional e laborterapia, além de esporte e lazer, mas diz que a família precisa também procurar acompanhamento. Informa que a clínica segue todas as normas estabelecidas pela Anvisa e demonstra fotos dos espaços da clínica, apresentando cada um deles, como o campo de futebol e a sala de estudos, onde são feitas reuniões. Diz que a clínica que atualmente conta com doze internos. Dr Alexandre Firmo de Souza Cruz acredita que é muito interessante que ocorra essa apresentação, pois nunca houve apresentação de clínicas terapêuticas no Conselho. Explica sobre o funcionamento de alguns tratamentos para dependentes de drogas, como a Redução de Danos e os Doze Passos. Fala sobre as Comunidades Terapêuticas que são regulamentadas pela RDC 101, que estabelece todas as normas técnicas para essas comunidades. Diz que do ponto de vista prático, o ideal seria que a comunidade tivesse acesso a ambas as opções, informa que o município irá realizar uma Conferência sobre Álcool e Drogas e acredita que é o início de uma discussão muito séria sobre o assunto, pois há muito o que discutir. Sr. José Roberto da Costa Marques questiona qual a capacidade de internos na clínica e se inclui adolescentes. Sr João Carlos Caill Angelini esclarece que, pelas normas da Anvisa, poderia atender no máximo 30 internos de acordo com a metragem do local, mas que a clínica conta com doze internos entre adolescentes e adultos. Sr. José Roberto da Costa Marques pergunta ainda sobre o valor cobrado de mil e quinhentos reais por dependente. Sr João informa que o valor é calculado considerando a diária de cinquenta reais, com direito as quatro refeições e a todos os profissionais da clínica. Sr. José Roberto da Costa Marques questiona porque as visitas são proibidas as visitas durante trinta dias e como são organizadas essas visitas. Sr João esclarece que por ser uma doença da família, os familiares também precisam procurar apoio e que esse período inicial de afastamento é importante, pois muitas vezes, o familiar não preparado pode atrapalhar todo o andamento do tratamento. Todo cuidado é tomado para que o encontro com as famílias ocorram em um momento que ambos estejam preparados. Diz que as visitas são agendadas previamente. Sr. José Roberto da Costa Marques questiona ao secretário como seria feito o financiamento das viagens dessas famílias. Dr. Stênio José Correia Miranda esclarece que essa é apenas uma apresentação, que havendo interesse, terá que ser discutido um contrato com todas as normas previamente estabelecidas. Diz que é preciso avaliar, pois dentro do próprio sistema de saúde existem controvérsias sobre os métodos, que o Ministério da Saúde recomenda o tratamento baseado na Redução de Danos, mas que também não desaconselha o método dos doze passos. Informa que a Conferência Municipal de Saúde Mental não realizou nenhuma deliberação a favor das comunidades terapêuticas. Mas, que não exclui recursos para comunidades terapêuticas, que é preciso avaliar. Dr Alexandre Firmo de Souza Cruz diz que é preciso ter alternativas a partir do momento em que o modelo oficial está deixando a desejar. Sr. Marcos Antônio Bardella diz que nunca viu apresentação de clínica terapêutica no Conselho e parabeniza a iniciativa. Informa que tem duas pessoas de Ribeirão Preto internadas na Clínica Serenidade e que tem muitas pessoas necessitando. Fala sobre a importância dessa discussão para a sociedade. Cobra ainda a presença dos conselheiros, pois a reunião não teve quorum, principalmente, dos representantes dos gestores. Sr Sebastião, pai de um interno, fala sobre a experiência de ter um filho dependente de drogas e da importância que o tratamento está tendo para sua recuperação. Sra Cristina solicita alguns esclarecimentos técnicos, como por exemplo, se é clínica ou comunidade, pois o Ministério da Saúde não considera igual. Questiona ainda como são feitas as internações. Sr João responde que é uma clínica e que as internações são compulsórias, involuntárias e voluntárias. Sra Cristina questiona se possui convênio com a Prefeitura de Piracicaba e o Sr João responde que ainda está sendo feito. Sra Cristina diz que quando é feito a internação compulsória, é obrigado a ter no município uma comissão no Ministério Público para discutir essa internação. No caso de receber usuários de Ribeirão Preto, essa comunicação precisa ser feita tanto ao Ministério Público de Piracicaba quanto ao de Ribeirão Preto. Questiona se já tem essa comissão no Ministério Público em Piracicaba. Sr João informa que já existe. Sra Cristina questiona se a clínica tem local para abrigar os pais de adolescentes durante quatro meses, conforme estabelecido pela lei. Sr João informa que tem quarto para os pais que necessitarem acompanhar seus filhos. Sra Cristina louva o trabalho do administrador, mas acredita em termos técnicos é preciso avaliar melhor, pois não é possível aprovar nada sem visitas técnicas e avaliações técnicas. Há manifestações de alguns presentes, a mãe de um interno da clínica diz que somente quem vive o problema consegue entender. Srª Maria José Bistafa Pereira diz que compreende o sofrimento das famílias que vivem essa situação, mas que os questionamentos não são realizados com o objetivo de prejudicar ninguém, mas que a preocupação é resguardar a segurança dos próprios usuários das clínicas, que ninguém está duvidando do trabalho da clínica apresentada, mas que é preciso realmente avaliar tecnicamente e com cuidado. Diz que realmente é importante verificar se é clínica ou comunidade, pois em comunidades, por exemplo, não é exigido profissionais de nível universitário enquanto na clínica já é exigido. Enfª Mônica Toniello, diretora do DACA, informa que isso é apenas uma apresentação, que o convênio só é firmado se houver o CNES, que são feitas várias colocações, que antes de firmar um convênio tudo é muito estudado. Sr João informa que possui toda a documentação necessária. Enfª Mônica Toniello questiona se há acompanhamento após o término do tratamento e a saída da clínica. Sr João diz que é complicado realizar um acompanhamento, pois muitas vezes, há pacientes de outros municípios e que o trabalho da clínica termina após o fim do tratamento, que há casos de reincidência, mas também muitos casos de pacientes que não voltam a usar droga. Dr.

Stênio José Correia Miranda esclarece que, embora não tenha ocorrido deliberação a favor das comunidades terapêuticas na Conferência Municipal da Saúde Mental, o Conselho Municipal de Saúde tem esse poder deliberativo e poderá deliberar caso seja necessário. Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini diz que é preciso começar a pensar mais sobre esse respeito, pois os casos com drogas estão tomando proporções cada vez maiores. Dr Alexandre Firmo de Souza Cruz diz que ainda há muitas dificuldades para a implantação de algumas leis e que um dos problemas mais sérios de comunidades terapêuticas são as instalações, que foram fechadas duas casas em Ribeirão Preto porque elas não tinham as condições físicas mínimas necessárias. A RDC 101 determina que a Vigilância Sanitária visite regularmente essas comunidades. Sr João agradece a oportunidade de realizar a apresentação e coloca a clinica a disposição para visitas. Dr. Stênio José Correia Miranda sugere que a pauta do Comitê Técnico Municipal da Saúde da População Negra seja adlada para a próxima reunião, pois a pessoa que viria realizar a apresentação não teve como comparecer. Srª Maria José Bistafa Pereira cobra a apresentação do Regimento Interno do Conselho, pois a Comissão designada para reavaliar o Regimento Interno ficou de apresentar ao Conselho em seis meses no início do ano. Solicita ainda a apresentação sobre o Hospital Santa Lydia. Dr. Stênio José Correia Miranda explica que, com relação ao Hospital Santa Lydia, que ainda está em uma fase de transição, que está sendo acompanhado pela prefeita. Que ainda está sendo realizado uma auditoria independente que vai fazer um levantamento de todo patrimônio da instituição. Que o Conselho Municipal da Saúde terá uma cadeira no Conselho Curador da Fundação. Não havendo mais ninguém a se manifestar. **Dr Stênio José Correia Miranda agradece a presença de todos** desejando uma boa noite, dando por encerrada a reunião, às vinte e uma hora e quinze minutos. Nada a mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que assinada por mim Wanessa Cristina de Oliveira Silva, Secretária, juntamente com o Secretário Municipal da Saúde Dr. Stênio José Correia Miranda. Ribeirão Preto, 26 de Agosto de 2010.



## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 16 de setembro de 2010

Aos dezesseis dias de setembro de dois mil e dez, às dezenove horas e dez minutos, no Auditório da Secretaria Municipal da Saúde situado a Rua Prudente de Moraes, 457 – Centro, realizou-se a **Nona Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde**, convocada através de Ofício Circular nº 124/10, com a presença do Secretário Municipal da Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. Stênio José Correia Miranda e os **conselheiros titulares**: Srª Mari Ângela Gonçalves, Srª Tânia Magali Toniolli, Sr Valdes Roberto Bolella, Srª Maria José Bistafa Pereira, Srª Joyce Maria W Gabrielli, Srª Odete Mondini Gulmarães, Sr Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes, Srª Deise Cristina Albuquerque Lins, Sr Wilson de Andrade Santos, Sr. Saulo Aparecido Ignácio, Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini, Sr. Lázaro Umberto Marques, Sr. Marcos Antônio Bardella, Sr. Almir Vitoriano Rolim, Sr. Elizeu Cândido Rocha e os **conselheiros suplentes**: Srª Darlene Caprari Pires Mestriner, Srª Maria Luiza Silveira Santa Maria, Srª Maria Cristina Nunes Consoli, Sr José Victor Nonino e Srª Zélia Ap Troqueti Spagnol. **Justificaram ausência**: Sr. José Roberto da Costa Marques, Srª Nicélia Marques Correa e Sr. João Francisco Alves Correa. **Palavra do Presidente**: Dr. Stênio José Correia Miranda inicia desejando boa noite à todos. Verifica que ainda não há "quorum", dá início aos trabalhos, apresenta o conselheiro Sr Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes, que foi indicado para substituir o Sr José Cleber do Nascimento Costa como representante das sociedades e empresas privadas não filantrópicas, prestadores de serviço. Sr Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes deseja boa noite a todos e se apresenta fazendo um breve relato sobre sua experiência profissional. Dr. Stênio José Correia Miranda confirma que tem "quorum" e agradece a presença do Sr Estevão, do Conselho Estadual da Saúde. O mesmo se diz feliz por observar uma reunião de Conselho Municipal com grande participação. **Palavra dos Conselheiros**: Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini fala sobre a participação no curso de capacitação de conselheiros e da importância da disseminação das informações aprendidas no curso para os conselheiros, para as Comissões Locais de Saúde e para os municípios vizinhos, pois acredita que realizando capacitação, irá ocorrer maior fiscalização e os municípios vizinhos terão que cumprir mais com seus compromissos e não só mandar os pacientes para Ribeirão. Srª Maria José Bistafa Pereira solicita inversão de pauta, que a discussão do Plano Municipal da Saúde seja o primeiro item da pauta, pois é um grande instrumento de gestão. Considera muito importante discutir o que foi planejado e o que está sendo cumprido. Diz que não poderá ficar até o final da reunião devido a compromissos profissionais, mas que gostaria de participar dessa discussão. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que o primeiro ponto de pauta deverá ser adiado, pois o Comitê Técnico da Saúde da População Negra não poderá apresentar hoje, devido a imprevistos ocorrido. Questiona se algum conselheiro quer encaminhar contra a inversão de pauta. Sr Wilson de Andrade Santos diz ser contra a inversão de pauta primeiramente por questão de ordem, pois não é o momento de fazer essa solicitação e também pelo motivo da solicitação, pois a conselheira solicita a inversão porque precisará ir embora mais cedo, mesmo sua saída comprometendo o quorum da reunião, ou seja, a mesma só irá discutir o que lhe interessa e o conselheiro não considera correto. Srª Maria José Bistafa Pereira justifica que a discussão do Plano é do interesse de todos e que há muito tempo está sendo solicitada essa pauta. Considera que conhecer o Plano é importante para todo mundo. Sr. Marcos Antônio Bardella propõe que mantenha a pauta, pois a discussão dos leitos de urgência também é muito importante devido a situação atual. Acredita que o Plano Municipal da Saúde deveria ser discutido em uma reunião como único item de pauta. Dr. Stênio José Correia Miranda coloca em votação a proposta de inversão da pauta. A proposta é aprovada com onze votos a favor e quatro votas contra, com declaração de voto do Sr Wilson de Andrade Santos que se manifesta contra por considerar que a conselheira ameaçou o Conselho de deixar a sessão, mesmo comprometendo o quorum, se não houvesse a inversão da pauta. Sr. Marcos Antônio Bardella fala sobre um problema enfrentado pela coordenadora do Cerest, Rôsaângela Mondadori, que a seu entender, está sendo perseguida, mas parabeniza o secretário por mantê-la no cargo, considerando trabalho por ela desenvolvido. Fala ainda sobre a importância da participação de uma representante dos trabalhadores e do gestor no curso de capacitação de conselheiros, parabeniza as Srªs Tânia Toniolli e Deise Albuquerque Lins pela iniciativa de participarem do curso. Sr Wilson de Andrade Santos diz que, embora não tenha conhecimento do problema ocorrido com a coordenadora do Cerest, o trabalho realizado pelo Cerest é comprovadamente reconhecido e que isso se deve também ao conselheiro Marcos Antonio Bardella que representa o município no Conselho Estadual da Saúde e divulga o que ocorre aqui. Parabeniza o secretário por manter a Sra Rosângela Mondadori no cargo e acredita que a população dos dezenove municípios atendidos pelo Cerest tende a ganhar. **Passa os Informes: 1)** Solicitação para que os conselheiros assinem a Ata da reunião do dia seis de agosto de 2009, onde consta que foi instalado um computador e uma impressora para os conselheiros. A ata precisa ser encaminhada com a assinatura de todos os conselheiros para possam continuar recebendo os demais materiais do Programa de Inclusão Digital. **2)** Verificação de quais conselheiros se interessam em visitar a Clínica Terapêutica Serenidade. Manifestam-se o Sr Roberto Gonçalves Gualtolini, Sr Elizeu Cândido Rocha, Srª Tânia Magali Toniolli, Sr Marcos Antonio Bardella, Sr Marcos Antonio Bardella, Sr Lázaro Umberto Marques e o Sr José Roberto da Costa Marques que já havia se manifestado anteriormente. **3)** Solicitação de Inclusão de Pauta: Municipalização da funcionária Maria José Barbosa Escobar, visitadora sanitária. Informa que o processo já transitou pela Secretaria com parecer favorável da Chefe da Vigilância Sanitária. Sr Wilson de Andrade Santos questiona se a solicitação passou pela Comissão de Saúde, pois é necessário por questão de ordem. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que está pedindo a solicitação nesse momento e que a plenária é soberana. Srª Maria José Bistafa Pereira propõe que seja colocado em votação e que os

questionamentos sejam feitos no momento da discussão. Dr. Stênio José Correia Miranda coloca em votação, a inclusão é aprovada com dez votos a favor e um voto contra, com declaração de voto do Sr. Wilson de Andrade Santos, pois o Regimento do Conselho diz que solicitação de pauta precisa passar pela Comissão Municipal da Saúde. Sr. Marcos Antônio Bardella fala sobre um problema ocorrido com sua esposa na UBS Vila Albertina ao levar seu filho para atendimento. Diz que é uma boa médica, mas que ela não pode tratar mal um paciente. A esposa do conselheiro diz que chegou atrasada para a consulta do filho que estava agendada e não quiseram atendê-la, relata a conversa e diz que não chegou atrasada por displicência, mas porque teve motivos e mesmo assim não conseguiu ser atendida pela pediatra. Se emociona e fala que quando envolve uma criança, essas situações são mais revoltantes. Entrega um documento para o secretário para apurar as denúncias. Dr. Stênio José Correia Miranda pede desculpas em nome da Unidade e diz que essa Unidade, normalmente, possui um bom atendimento e uma boa equipe. Esclarece que a ordem é que se faça todos os esforços possíveis para atender a todos. Sr. Marcos Antônio Bardella diz que a Comissão Local de Saúde irá fazer um abaixo-assinado, pois está ocorrendo muitas reclamações dessa médica e que os médicos precisam ser melhores capacitados para atender os pacientes. Srª Deise Cristina Albuquerque Lins fala sobre a importância do curso de capacitação de conselheiros, diz que no final do curso, terá uma cartilha de orientação aos conselheiros e que essas orientações são muito válidas. Sr. Elizeu Candido Rocha fala sobre a apuração que tem realizado com a empresa de fornecimento de lanches para as Unidades Distritais. Diz que há um ano está realizando essa investigação, que trás ao Conselho uma denúncia que a seu entender deveria ser levada para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Há um ano atrás, no final de uma reunião do Conselho, disse para a Dra. Carla, na época secretária da saúde, para que ela não assinasse o contrato fazendo aquisição de trinta mil lanches para essa Secretaria. Essa secretária que não tem dinheiro para aumentar a quantidade de leitos dos hospitais. Diz que na gestão do Gasparini, cada lanche custava R\$2,20, contendo duas fatias de pão de forma, uma fatia de mussarela, uma fatia de presunto, um pouco de patê. No outro dia, quando mudou a administração, foi assinado outro contrato por R\$4,67 pelo mesmo lanche. Que através de sua denúncia é que foi averiguado e que agora em agosto de 2010 é que o contrato foi refeito pedindo uma nova licitação e o lanche foi para R\$2,55. Diz que possui todos os documentos que comprovam sua denúncia e que irá levar ao Ministério Público, pois considera isso um roubo do dinheiro público. Ressalta ainda a dificuldade em obter documentos da Secretaria da Administração, pois demoraram seis meses para entregarem o contrato por ele solicitado. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que quando assumiu a Secretaria, considerou o preço alto e solicitou um novo contrato. Foi feito uma tomada de preço e escolhido o mais barato. Diz que o preço inclui o lanche e o fornecimento. Sr. Wilson de Andrade Santos diz que tem informação de que a máquina de litotripsia do HC está quebrada e que tem demanda reprimida. Deseja saber qual é a demanda reprimida dos pacientes de Ribeirão Preto e qual a providência que a Secretaria vai tomar com relação a isso. Sobre a denúncia feita pela esposa do conselheiro Marcos Antonio Bardella sobre o mau atendimento na Unidade de Saúde, diz que o Secretário da Saúde demonstra ter conhecimento desses problemas e que está trabalhando para resolver, tentando realizar reuniões com os gerentes, por exemplo. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que a UBS Vila Albertina é uma unidade que se destaca pelo atendimento, que normalmente a equipe presta um bom serviço, mas que infelizmente ocorrem falhas, mas que realmente tem-se trabalhado para diminuí-las. Sr. Valdes Roberto Bolella diz que já foi feito um pedido de compra de um novo aparelho, que já foi autorizado, mas que é necessário aguardar a importação. Diz que há um mês foi fechado um contrato com um prestador para realizar esses exames, pois existe risco para o tratamento, a não realização desses exames. Ressalta que o processo de um Órgão Público contratar uma empresa privada é complicado e que por isso foi um pouco demorado. Sr. Wilson de Andrade Santos diz que gostaria de ter um posicionamento do município. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que irá averiguar e dar uma posição a todo o Conselho. **Item 1) Aprovação da Ata do dia 22/07/10.** Sr. Almir Vitoriano Rolim solicita alteração na linha 190, pois considera que não fica claro sobre o número de pacientes de Ribeirão Preto atendidos no Hospital das Clínicas, cita como exemplo, que se o HC atende 1000 pacientes, mas que da região são só 500 pacientes, os 52% de Ribeirão Preto são dos 500 e não dos 1000. Srª Maria José Bistafa Pereira propõe que não seja aprovada a Ata, deixando para aprovar na próxima reunião, após alteração. **Aprovação da Ata do dia 26/08/10.** A Ata é aprovada com dez votos a favor e três abstenções, com declaração de voto do Sr. Wilson de Andrade Santos por não estar presente nas reuniões. **Item 4) Revisão do Plano Municipal da Saúde.** Srª Darlene Caprari Pires Mestriner explica que para o atual Plano Municipal da Saúde, foram realizadas algumas oficinas para tentar melhorar a participação na construção do Plano. Diz que a Secretaria tem tentado trazer para discussão no Conselho todos instrumentos de planejamento como Plano Municipal da Saúde, a Programação Anual e o Relatório de Gestão Anual, dentro dos prazos. E que a Divisão de Planejamento tem pensado em alternativas, como oficinas descentralizadas, para aumentar a participação de trabalhadores e usuários na elaboração da programação de 2011. Explica que para essa apresentação, foi feito um compilado das metas, com os resultados preliminares. Srª Maria José Bistafa Pereira diz que é importante que o Conselho acompanhe os que está sendo realizado, que conheça as dificuldades que estão sendo enfrentadas para que possa ajudar, porque o Conselho tem a função de fiscalizar, mas também de formar políticas de saúde. Enfª Denise Minto, da Divisão de Planejamento, diz que tem alguns dados que são indicadores de saúde e que é preciso fechar o ano, por isso não é possível apresentá-los. Diz que pegou alguns pontos importantes que estão encaminhando e alguns que estão com dificuldades. Na área da Atenção Básica, uma das metas era a criação de cargos de Agentes Comunitários para cobrir 50% da população nas Equipes de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) e Equipes de Saúde da Família (ESF). Diz que o cargo já foi

criado, que está em fase final de revisão das áreas de abrangência de todas as unidades de atenção básica, para posterior publicação de edital, e que tem encontrado muitas dificuldades para fechar essas áreas. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* explica que o concurso para Agente Comunitária é diferenciado, que foi encaminhado para Secretaria da Administração a solicitação de abertura de concurso, mas que é preciso finalizar esse fechamento das áreas. E que isso é um grande passo para melhorar a Estratégia de Saúde da Família. *Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira* pergunta sobre as dificuldades para fechar a área de abrangência. *Enf<sup>a</sup> Denise Minto* explica que é preciso ter muito cuidado na definição dessas áreas, que é um ponto importantíssimo e que não pode ter erros. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* propõe que não se atente aos detalhes, para que a apresentação possa continuar e que se discuta no final. *Sr. Marcos Antônio Bardella* propõe que as Universidades discutam com a Divisão de Planejamento e com o Conselho. *Sr. Almir Vitoriano Rolim* propõe que chame os usuários das regiões para dar sugestões, que tenha mais participação popular. *Enf<sup>a</sup> Denise Minto* diz que outra meta era implantar duas equipes para os NASF, e que foi discutido com as ESF dos Distritos Norte e Oeste sobre quais profissionais deverão compor as equipes dos NASF, diz que está em processo de levantamento junto a rede, dos profissionais existentes quais possuem perfil e interesse em participar da estratégia. A meta de que 100% das novas equipes de saúde da família realizem o curso introdutório, foi cumprida realizando cursos para todas as Agentes Comunitárias. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* ressalta que também foi realizado treinamento com todos os enfermeiros encarregados do PACS. Com relação a meta de implantar dezesseis novas equipes de saúde da família, foram implantadas duas, no Jardim Zara e no Heitor Rigon, com pessoas que já estão na rede. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* coloca que uma das maiores dificuldades é conseguir médicos para trabalhar com estratégia de saúde da família. *Enf<sup>a</sup> Denise Minto* explica que o UNASUS está em andamento, inclusive com recebimento de verbas; em processo de conhecimento da demanda. *Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira* diz que os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal são os estados com cobertura mais baixa de saúde da família. Questiona como Ribeirão irá começar a trabalhar a nível de política nacional, se terá alguma alternativa. *Sr. Saulo Aparecido Ignácio* diz que analisando a apresentação, fica a impressão de que estamos andando muito devagar. Que o Conselho aprovou o Plano de maneira entusiasmada e que se sabe que a Atenção Básica deve ser prioridade. Diz que os Estados citados, coincidentemente, são os Estados com maior renda per capita, aonde o atendimento especializado acaba sendo facilitado até pela renda da população. Acredita que é preciso lutar contra isso, porque reflete de uma maneira negativa e esses Estados são formadores de opinião. A preocupação é que essas dificuldades comecem a se alastrar para outros Estados. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* diz que na Área de Saúde Bucal, conseguiram implantar mais equipes agora do que em oito anos. A questão das Agentes Comunitárias foi uma conquista muito grande. Diz que Atenção Básica não é sinônimo exclusivo de saúde da família, que essa é uma estratégia que está vindo para somar, mas que vínculo, compromisso, humanização, não tem nome na estratégia. Que estão sendo tomadas medidas na atenção básica paralela a isso. *Sr. Saulo Aparecido Ignácio* diz compreender que por ser uma mudança de filosofia, o processo seja mais lento. Mas, que ainda assim dá uma sensação de ser frustrante. *Enf<sup>a</sup> Denise Minto* diz que na Área da Saúde Bucal, uma das metas era examinar 30% dos idosos vacinados na campanha de vacinação do idoso e foram examinados 32%, com a realização dos treinamentos dos profissionais envolvidos. Diz que da meta de credenciar 10 Equipes de Saúde Bucal, foi encaminhado para credenciamento 07 Equipes e aprovado pela CIB. *Sr. Estevão*, do Conselho Estadual da Saúde, diz que o concurso público para agente comunitária é uma grande conquista, mas que é preciso ser planejado, é preciso tomar cuidado para os projetos não virarem peça política. *Sr. Marcos Antônio Bardella* questiona como ficarão as agentes comunitárias que não puderam ser efetivadas. *Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner* explica que essas agentes terão que fazer o concurso público, mas que terão como vantagem o fato de já exercerem a função há anos e conhecerem muito bem o serviço, o que facilita na hora de realizar a prova. *Sr. Valdes Roberto Bofella* diz que a discussão está muito boa, mas propõe que a equipe técnica da Secretaria possa realizar a apresentação, que tem muita coisa legal para falar, mas que se atenha ao que foi proposto, que as observações sejam feitas após, para não se perder. *Enf<sup>a</sup> Denise Minto* continua apresentação, falando que na Área de Urgência e Emergência a meta era implantar o serviço de radiologia em 80% das UBDS e que já foi implantado o serviço de radiologia em 80% das UBDS, em fase final de implantação na UBDS Leste, além disso, foi iniciada a reforma e ampliação de 3 UBDS (Central, Norte e Leste). Na Área da Saúde Mental, a meta de implantar o CAPS Infantil, o prédio já foi alugado, está em fase final de adequação física, já foram adquiridos equipamentos e materiais permanentes, e a equipe de profissionais já foi definida. A meta de realizar a Conferência da Saúde Mental também foi cumprida. Na Área da Saúde Bucal Especializada, foi implantado o serviço de ortodontia 1 vez por semana no NADEF e houve a contratação de laboratório de prótese dentária, através de licitação. Na Área de Vigilância em Saúde, todos os casos notificados de MCR foram investigados em tempo real, foi realizada capacitação em todas as unidades de saúde por técnicos da Vigilância Epidemiológica, realização de reuniões com diretores clínicos e equipe das CIH de cada hospital, e foi realizado simpósio sobre o enfrentamento do H1N1. Com relação a manter a taxa de letalidade por FHD igual a zero, a taxa de letalidade está 4,4. Foi feita aquisição de mais de 7.500 garrafinhas de hidratação; o laboratório está efetuando os exames e foi implantado o sistema de informações on-line (Sistema de Controle de Zoonoses) na página da saúde. *Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira* questiona a que profissionais se refere quando se fala em capacitação, pois a rede básica precisa estar preparada para esses atendimentos, pois no caso de epidemia, houve uma superlotação nas Distritais. *Sr<sup>a</sup> Maria Luiza Silveira Santa Maria* diz que foi reorganizado o fluxo de acolhimento e de atendimento nas Unidades. E diz que a pandemia de H1N1 preparou o município para uma epidemia de dengue. Explica que a superlotação se deu, pois foi à epidemia de dengue, a



vacinação contra H1N1 e mais o atendimento normal da Unidade. E que considera importante ressaltar que os pacientes foram atendidos nas Unidades, que as Distritais atenderam muito mais, mas que teve Unidades Básicas importantes que atenderam tanto quanto e que a taxa de mortalidade por dengue foi pequena pelo número de casos. Diz que pode melhorar, mas que já melhorou muito perto do que era. Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira explica que os questionamentos não são realizados com o objetivo de defender ou atacar, mas de esclarecer e auxiliar. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que existe um fluxo errado, de pacientes que procuram mais as Distritais, que isso é uma cultura do próprio serviço, da população, que acha que nas Distritais terão um atendimento mais rápido, explica que se tem trabalhado para mudar isso, que já foi conversado com os gerentes das Unidades, maneiras para conseguir tentar mudar o fluxo para as Unidades Básicas. Uma das alternativas é deixar as agendas mais flexíveis durante os meses mais críticos, para que atenda a demanda. Sr. Roberto Gonçalves Gualtolini questiona o tempo da apresentação, lembrando que ainda é preciso discutir sobre os leitos de urgência. Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira propõe que em cada reunião seja reservada meia hora para discussão do Plano, não necessitando discutir tudo nessa reunião, pois os leitos de urgência também é um assunto importante. Dr. Stênio José Correia Miranda diz que não será possível para a próxima reunião, pois a pauta já está fechada e com muitos assuntos. Sugere que continue a discussão a partir da reunião de outubro. Sr. Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes solicita que o material seja enviado por e-mail para que os conselheiros possam analisar melhor e poderem realizar uma discussão produtiva com base nos dados analisados e assim, poder auxiliar melhor com sugestões para superar as dificuldades encontradas para o cumprimento das metas. Fica aprovado que a partir da reunião de outubro, a discussão sobre o Plano Municipal da Saúde terá um espaço de meia hora na pauta das reuniões. **Item 3 ) Apresentação do Estudo sobre os Leitos de Urgência e Emergência do Município.** Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner diz que vem tentando analisar esses dados há algum tempo, que há uma dificuldade muito grande, pois tem alguns fatores que dificultam essa interpretação de dados e que deseja colocar em discussão, para que juntos possam encontrar a melhor solução. Fala sobre os Leitos Hospitalares e explica que parte dos dados foi retirada do CNES, que foi consultado dados da regulação e quando houve divergência entre os dados, os hospitais foram contatados para conhecer o número exato de leitos. Informa que a Santa Casa tem 149 leitos SUS, sendo 16 para UTI Adulto, a Beneficência Portuguesa possui 115, sendo 9 para UTI Adulto, a Unidade de Emergência do HC possui 138, sendo 17+7 para UTI Adulto, o HC Campus possui 584, mas cerca de 25% desses leitos são para outras regiões, a UTI Adulto possui 9 leitos SUS. Os demais hospitais possuem leitos SUS, mas nenhum com leito de UTI. O Hospital Santa Tereza possui 200 leitos SUS, mas nenhum leito de UTI. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner apresenta um gráfico com as internações de urgência de pacientes de Ribeirão Preto de 2002 a 2010, onde é possível verificar que em 2008 houve uma grande queda no HC e no Santa Casa, que nesse ano não recebeu o Pró-Santa Casa. Demonstra uma comparação das internações de urgência em relação às eletivas, a Santa Casa essa proporção é 80/20, na Beneficência é 74/26 e no HC é 53/47 (20% leitos U.E e 80% leitos Campus). Apresenta um gráfico com as internações de urgência e outro com as eletivas do HC, demonstrando o número de internações de Ribeirão e região. Em 2009 foram 8522 internações de urgência de pacientes de Ribeirão Preto, do total de 15999 internações. O gráfico da Santa Casa demonstra que em 2009 foram 7064 internações de urgência de pacientes de Ribeirão Preto, das 8665 internações. No mesmo ano, na Beneficência Portuguesa foram 7381 internações do total de 9053. O Santa Lydia internou 118 pacientes da DRS XIII e 51 pacientes de Ribeirão. Analisando os gráficos é possível observar que 37 % de ocupação de leitos em Ribeirão são de outros municípios. Explica que faltam dados da região para comparar, pois os outros municípios têm seus hospitais, mas tem sua retaguarda em Ribeirão Preto, o que não acontece ao contrário, os pacientes de Ribeirão não são enviados para serem internados nas cidades vizinhas. Aparentemente Ribeirão tem o número de leitos suficientes, mas os nossos leitos têm uma nova forma de ocupação. Os leitos SUS de Ribeirão Preto representam 57% e os da DRS representam 43%, do total de 2064 leitos. Fala sobre a Portaria 1101/01 que define que é preciso ter de 2,5 a 3 leitos por 1000 habitantes. Considerando a população de Ribeirão Preto, precisaria ter de 1.418 a 1.701 leitos. Sr. Almir Vitoriano Rolim coloca que é preciso realizar uma Auditoria, pois os municípios da região mandam pacientes para Ribeirão, mas Ribeirão não manda pacientes para esses municípios. Diz que visitando o HC, fazendo uma pesquisa com os usuários do hospital é possível perceber que a maioria dos pacientes lá atendidos não são de Ribeirão. Sr. Valdes Roberto Bolella discorda do conselheiro. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner continua a apresentação, explicando que os leitos que não são do SUS em Ribeirão também não são só para Ribeirão Preto. Sr. Saulo Aparecido Ignácio questiona o porquê está sendo considerado 70% de usuários do SUS, pois acredita que esse número está muito alto. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner explica que foi feito um levantamento pela Agência Nacional de Saúde e que existem algumas complexidades que o SUS complementa. Explica que considerando os parâmetros da portaria, precisamos de 102.747 internações considerando Ribeirão e Região e 45.363 para Ribeirão. Existem dificuldades por não conhecer a taxa de ocupação dos hospitais da região. Ao analisar os dados parece que o número de leitos está bom, porque atenderia a população de Ribeirão. Demonstra dados da regulação municipal e informa que a regulação estadual não forneceu os dados do que eles regulam para o Hospital das Clínicas. Demonstra gráficos que demonstram para onde os pacientes são encaminhados e aparentemente o Hospital das Clínicas recebe mais pacientes, mas o hospital tem uma demanda grande para oftalmologia e otorrinolaringologia, que quando retirados do gráfico fica possível verificar uma queda no número de encaminhamentos e que a Santa Casa tem recebido mais do que a Unidade de Emergência do HC, lembrando que esses dados são da regulação municipal, porque não se tem dados da regulação regional. Sr. Almir Vitoriano Rolim questiona porque não unifica as



regulações. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner acredita que isso é muito importante para que tenha as informações corretas e que é preciso equilibrar a oferta e a demanda. Acha que é preciso formalizar uma proposta de uma regulação única e que o apoio do Conselho é importante para isso. Explica que a apresentação desses dados é para discutir propostas. Sr José Victor Nonino diz que o levantamento realizado foi muito bom, mas que as discussões são muito superficiais, que não se pode discutir regulação regional sem a participação da DRS, que é preciso analisar dados separadamente, por especialidade, pois algumas vezes sobram leitos de alguma especialidade e falta de outras. Diz que está faltando profundidade na discussão do assunto. Propõe que convide para uma reunião o promotor, o representante do CREMESP, representante da DRS, para discutir regulação em conjunto. Sr Rodrigo Fernandes Teixeira Lopes dá sugestões de como auxiliar para melhorar a análise dos dados e conclusão dos estudos, colocando-se a disposição para ajudar. Sr Valdes Roberto Bolella acredita que isso é um bom começo, que ainda há muito para ser estudado, mas que tendo esses dados fica mais fácil começar o trabalho. Acredita que tem decisões e situações que são políticas e que o Conselho não pode resolver sozinho, que é preciso que a prefeita converse no Estado. Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira diz que é uma política de saúde, que o Conselho precisa trazer a prefeita ao Conselho para colocar os fatos para ela. Dr Alexandre de Souza Firmo Cruz, concorda com o conselheiro Sr Almir, que é preciso criar uma metodologia própria de estatística, de perguntar para os pacientes atendidos no HC de que municípios eles são. Coloca que a Santa Casa está recebendo mais do que a Unidade de Emergência que é um hospital inteiro criado para urgência. Sr<sup>a</sup> Maria José Bistafa Pereira diz que não é possível afirmar nada sem os dados da regulação regional. Sr<sup>a</sup> Darlene Caprari Pires Mestriner explica que os números dos atendimentos do HC podem aumentar com os dados da Regulação Regional, mas que não serão de pacientes de Ribeirão. Diz que o que fez foi uma tentativa de iniciar os parâmetros, mas que ainda falta dados. Sr. Marcos Antônio Bardella coloca que a DRS precisa assumir sua cadeira no Conselho. Não havendo mais ninguém a se manifestar. **Dr Stênio José Correia Miranda agradece a presença de todos** desejando uma boa noite, dando por encerrada a reunião, às vinte e duas hora e dezesseis minutos. Nada a mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que assinada por mim Wanessa Cristina de Oliveira Silva, Secretária, juntamente com o Secretário Municipal da Saúde Dr. Stênio José Correia Miranda. Ribeirão Preto, 16 de Setembro de 2010.

**Processo PMRP 2021/159833 Vol.: 1****Origem**

**Órgão:** PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto  
**Unidade:** CMR - COORDENADORIA DE ANÁLISE DE METAS E RESULTADOS  
**Responsável:** Bazileu Alves Margarido Neto  
**Data encam.:** 30/11/2021 às 10:47

**Destino**

**Órgão:** PMRP - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto  
**Unidade:** GP-4 ASTEL - ASSESSORIA TECNICO LEGISLATIVA

**Encaminhamento****Encaminhamento:** À ASTEL

Assunto: Requerimento de Informações nº 8.188, de 16 de novembro de 2021, do Coletivo Popular Judeti Zilli, que requer informações a respeito dos relatórios finais das audiências públicas sobre o PPA 2022-2025.

A Diretoria de Análise de Metas e Resultados, em nome da Comissão Gestora do Planejamento Orçamentário COGEPLAN, informa o seguinte:

1. Foi realizada uma Audiência Pública com o objetivo de dar conhecimento à sociedade do projeto de Plano Plurianual 2022-2025 e colher contribuições para a sua elaboração final, nos termos da legislação em vigor;
2. Em função das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que proibia a realização de eventos públicos para evitar a aglomeração de pessoas, a Audiência Pública foi realizada sem público presencial e transmitida pela internet na página oficial da Prefeitura no FaceBook;
3. Todas as informações foram disponibilizadas previamente à população no endereço <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/fazenda/consulta-publica-lei-do-plano-plurianual> com ampla divulgação através dos meios de comunicação;
4. As contribuições foram feitas através de formulário próprio e encaminhadas para o e-mail [ppa2022\\_25@ribeiraopreto.sp.gov.br](mailto:ppa2022_25@ribeiraopreto.sp.gov.br).
5. A Ata da Audiência Pública está anexada a este processo.

BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO  
Diretor de Análise de Metas e Resultados

8188  
Judeti

**Governo**

Secretaria Municipal de Governo

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA -  
PPA 2022-2025**

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em atendimento ao disposto nos arts. 165 a 167, da Constituição Federal, e no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **COMUNICA** os munícipes e todas as entidades e instituições que compõem a sociedade civil organizada de Ribeirão Preto a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, por videoconferência para os fins de atendimento do Plano São Paulo (DECRETO Nº 64.994, DE 28 DE MAIO DE 2020), objetivando conhecimento e discussão da proposta de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 à 2025 do Poder Executivo, no dia 28 de julho de 2021, das 15:00 às 17:30hs.

**1. Do Objetivo**

Esclarecer a sociedade sobre os principais aspectos da Lei do Plano Plurianual (PPA) para o exercício fiscal de 2022 a 2025 do Poder Executivo, e obter subsídios adicionais que a sociedade possa fornecer, visando aprimorar o conteúdo do texto a ser encaminhado para apreciação da Câmara Municipal.

**2. Da Forma de Participação**

A Audiência ocorrerá por videoconferência, podendo participar todos os interessados, sociedade civil, bem como a imprensa, por meio do link: [Facebook.com/PrefeituraRP](https://www.facebook.com/PrefeituraRP). A Audiência será transmitida também ao vivo pelo canal que será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal no dia 28/07/2021 <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>. Contribuições poderão ser encaminhadas por meio de Formulário disponibilizado no Portal da Prefeitura Municipal para o e-mail:

[ppa2022\\_25@ribeiraopreto.sp.gov.br](mailto:ppa2022_25@ribeiraopreto.sp.gov.br) até o dia 30/07/2021.

**3. Da Agenda das Audiências**

A audiência pública seguirá a seguinte programação:

Tempo	Ação
30 min	Recepção dos participantes
10 min	Abertura pelo Coordenador da Audiência
40 min	Apresentação Proposta de Plano Plurianual
60 min	Plenária - Respostas a pedidos de esclarecimentos, manifestação oral dos inscritos e leitura de contribuições.
10 min	Encerramento pelo Coordenador da Audiência

**4. Encerramento**

O encerramento da Audiência Pública, previsto para as 17:30 hs, poderá ser concluído antes do horário em referência, caso as exposições terminem antecipadamente, ou, prorrogado, a critério do coordenador, depois de ouvidos os participantes.

**5. Disposições Finais**

Os documentos referentes a Audiência Pública estarão disponíveis no Portal da Transparência no site de Prefeitura a partir do dia 23/07/2021.

O Relatório final da Audiência Pública será homologado pelo Prefeito Municipal, e será divulgado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a homologação. Outros procedimentos não previstos neste Regulamento e necessários ao bom andamento dos trabalhos poderão ser adotados por meio de decisão do Coordenador Presidente da Audiência.

Ribeirão Preto, 20 de julho de 2021

ANTÔNIO DAAS ABOUD  
Secretário Municipal de Governo

UE 02.02.10

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA****IPM**

Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto

**RESUMO DOS ATOS**

**Atos da Superintendência dos dias 14 e 15/07/2021**, concedendo aposentadorias com a seguinte fundamentação: com base no Artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 e Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" c/ c Artigos 209 e 210 todos da Lei nº 3.181/76; ao(a) Senhor(a) **GILBERTO DONIZETI DA SILVA**, Código Funcional nº 5641-0, R.G. nº 12853422, PIS/PASEP 10742304237 cargo TÉCNICO EM CONTABILIDADE, regido(a) pelo regime jurídico estatutário, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, aposentadoria voluntária integral, a partir de **01 de agosto de 2021 (Ato nº 262/2021, Processo nº 540/2019-I)**. Com base no Art. 118-B da LOM c/c Art. 4º da EC 103/2019; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" c/c Artigos 209 e 210 todos da Lei nº 3.181/76; ao(a) Senhor(a) **BENEDITA APARECIDA NAZARIO**, Código Funcional nº 20855-5, R.G. nº 10147124-5, PIS/PASEP 12301802452 cargo AGENTE DE OPERAÇÕES, regido(a) pelo regime jurídico estatutário, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aposentadoria voluntária integral, a partir de **01 de agosto de 2021 (Ato nº 263/2021, Processo nº 217/2021-I)**. Com base no Artigo 6º, c/c Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/03; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" c/c Artigos 209 e 210 todos da Lei nº 3.181/76; ao(a) Senhor(a) **GENI ALVES MOURA CARVALHO**, Código Funcional nº 24483-7, R.G. nº 22759213-X, PIS/PASEP 12075142787 cargo RÁDIO-TELEFONISTA, regido(a) pelo regime jurídico estatutário, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, aposentadoria voluntária integral, a partir de **01 de agosto de 2021 (Ato nº 264/2021, Processo nº 563/2018-I)**; ao(a) Senhor(a) **ROSA LUCIA VICENTE**, Código Funcional nº 83404-9, R.G. nº 195611524, PIS/PASEP 12098895358 cargo AGENTE DE OPERAÇÕES, regido(a) pelo regime jurídico estatutário, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, aposentadoria voluntária integral, a partir de **01 de agosto de 2021 (Ato nº 265/2021, Processo nº 1145/2019-I)**. Com base no Art. 118-B da LOM c/c Art. 20, § 1º: a 3º da EC 103/2019; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" c/c Artigos 209 e 210 todos da Lei nº 3.181/76; ao(a) Senhor(a) **CLAUDETE ROTONDO PIZETTI**, Código Funcional nº 25764-5, R.G. nº 12686664, PIS/PASEP 10729124557 cargo AGENTE EDUCACIONAL, regido(a) pelo regime jurídico estatutário, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aposentadoria voluntária integral, a partir de **01 de agosto de 2021. (Ato nº 266/2021, Processo nº 146/2020-I)**. Os encargos com o pagamento destas aposentadorias correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - I.P.M, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do Artigo 201 da CF ou o Artigo 8º da EC 41/2003. Cumprase - MARIA REGINA RICARDO - Diretora Superintendente.

**LICITAÇÕES E CONTRATOS****Administração**

Secretaria Municipal da Administração

**EXTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.  
Contratada: C. M. Pingo Ar Condicionado-EPP.  
Processo de Compras nº 0219/2021.  
Pregão Eletrônico nº 0135/2021.  
Processo Digital nº 101925/2021.  
Objeto: Serviços de manutenção corretiva e preventiva de sistema de ar condicionado do Complexo Administrativo Fuad Hanna.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Secretaria de Governo

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2021, reuniram-se no salão nobre do Palácio Rio Branco os Srs. Afonso Reis Duarte, secretário municipal da Fazenda, Antônio Daas Abboud, secretário municipal de Governo, e Bazileu Alves Margarido Neto, diretor do departamento de metas e resultados, em nome da COGEPLAN - Comissão Gestora do Planejamento Orçamentário, para realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA, por videoconferência (Plano São Paulo - DECRETO Nº 64.994, DE 28 DE MAIO DE 2020) iniciada as 15 horas por meio do link: Facebook.com/PrefeituraRP, gravada e arquivo de vídeo disponível para consulta na rede social da Prefeitura Municipal, para os fins de esclarecer a sociedade sobre os principais aspectos da Lei do Plano Plurianual (PPA) para o exercício fiscal de 2022 a 2025 do Poder Executivo, e obter subsídios adicionais que a sociedade possa fornecer, visando aprimorar o conteúdo do texto a ser encaminhado para apreciação da Câmara Municipal. Compuseram a mesa os Srs. Antônio Daas Abboud, secretário de governo e coordenador da audiência pública, o Sr. Afonso Reis Duarte, secretário municipal da Fazenda na qualidade de ouvidor do governo municipal nesta audiência pública, e o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, diretor do departamento de metas e resultados. Dando início à transmissão o Sr. Antônio Daas Abboud, em nome do Prefeito Municipal saudou os membros presentes da COGEPLAN e demais autoridades municipais, presentes por meio da ferramenta de comunicação virtual Skype: Beatriz Tartaro, Cibelle Amorim Ferreira, Claudio Roberto Musembani, Domingos Fortuna, Ednea Eliana dos Santos, Felipe Miguel, Fernando Silva, João Paulo L. Oliveira, Marcos Guerra, Ricardo Aguiar, Wilson França Prado, Yuri Saia e munícipes que acompanharam por meio da rede social da Prefeitura Municipal disponível na plataforma Facebook; na sequência o Sr. Afonso Reis Duarte saudou a todos dizendo da importância da audiência pública para o planejamento das ações de governo, frente às limitações financeiras que o momento impõe a todos e esforços exigíveis para cumprimento das metas fiscais; com a palavra o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto discorreu, com base na apresentação anexa, sobre as metas do governo, do compromisso com a cidade e da importância do equilíbrio das contas públicas, bem como da importância do planejamento orçamentário e das peças que compõem o projeto a ser encaminhado à Câmara Municipal, com projeção de arrecadação de R\$ 15.089.469.896,00 para o período de quatro anos. Comentou sobre o Plano de Metas construído pelos secretários municipais e técnicos junto com o Prefeito Municipal, tendo por princípios a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, da eficiência, da transparência no uso dos recursos, e a equidade nas ações do governo e poder público municipal; frisou tratar-se de um projeto para 4 anos, da Administração Direta e Indireta, com recursos estimados em cerca de R\$ 15 bilhões no período, sendo 80% de recursos próprios e 20% provenientes de recursos vinculados, emendas parlamentares e operações de crédito para atingirmos as metas estabelecidas, sendo que o custeio está projetado em 90,2% e o investimento em 9,8% dos recursos projetados. Salientou a previsão de despesa para atender as necessidades da população,









# Preletura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Município de Ribeirão Preto

Preletura Municipal de Ribeirão Preto  
Estado de São Paulo  
Município de Ribeirão Preto

Artista: David Alford



# PPA

PLANO PLURIANUAL



PREFEITURA DA CIDADE

**RIBEIRÃO  
PRETO**

GLOBAL E ACOLHEDORA

# 2022 2025

## Abertura

**Em função do Decreto Municipal no 63/2021, de 30/03/2021 o Município de Ribeirão Preto encontra-se na fase emergencial, e sendo assim as Audiências Públicas Presenciais estão suspensas**

**Objetivo:** Apresentação da proposta de Projeto da Lei de Plano Plurianual – PPA 2022 - 2025

**COMISSÃO GESTORA DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - COGEPLAN** – Formada pelas Secretarias de Fazenda, Governo, Administração, Saúde, Educação Assistência Social

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL



## Abertura

Contribuições e manifestações para e-mail:  
[ppa2022\\_25@ribeiraopreto.sp.gov.br](mailto:ppa2022_25@ribeiraopreto.sp.gov.br)

Consulta Pública disponível para contribuições de 22  
a 30/07/2021

Todas as contribuições serão analisadas e respondidas

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Instrumentos de Planejamento Orçamentário

**LDO** Priorização dos programas e ações  
Planejamento fiscal (metas e riscos)  
Orientação para elaboração da LOA

15/04

**PPA** Elaborado no 1º ano de mandato  
Vigência de 4 anos  
Define diretrizes e objetivos estratégicos,  
Organizados em Programas Governamentais  
com as ações, recursos, indicadores e metas

31/08

**LOA** Alocação dos recursos para a  
execução do planejamento

30/09

Compatíveis entre si

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## LDO 2022 - Previsão de Receita

	2021	2022	2023	2024
<b>Receita Corrente</b>	2.341.560.123	2.418.845.218	2.540.536.879	2.675.919.394
<b>Receita Capital</b>	310.547.797	259.342.942	280.068.456	310.820.540
<b>Total</b>	2.652.107.920	2.678.188.159	2.820.605.334	2.986.739.934

## LDO 2022 - Recursos disponíveis para alocação

<b>Receita Própria Total</b>	<b>2.678.188.159</b>
(-) Receita Vinculada	-694.903.049
(-) Operação Crédito do DAERP	-40.526.000,00
<b>= Receita a ser Distribuída (Administração Direta + Indireta)</b>	<b>1.942.759.110</b>
Câmara Municipal	84.716.222
Guarda Civil Municipal	43.400.000
Fundação Teatro Pedro II	3.260.000
Fundação de Educação para o trabalho - FUNDET	350.000
Fundação Instituto Polo Avançado para Saúde - FIPASE	4.540.000
FUNTEC	1.347.000
Fundação Instituto do Livro	550.000
Instituto de Previdência dos Municipiários	205.000.000
<b>Total Transferências (Câmara + Admin. Indireta)</b>	<b>-343.163.221</b>

**RECEITA A SER ALOCADA ENTRE SECRETARIAS****1.599.595.888****PPA**





## Despesas Consolidadas (Adm. Dir + Ind)

	Recursos Próprios	Recursos Vinculados	TOTAL
2022	2.881.949.924,00	736.548.623,00	3.618.498.547,00
2023	2.969.486.595,00	837.383.168,70	3.806.869.763,70
2024	3.054.499.723,00	772.693.193,00	3.827.192.916,00
2025	3.127.630.227,00	709.283.532,00	3.836.913.759,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.033.566.469,00</b>	<b>3.055.908.516,70</b>	<b>15.089.474.985,70</b>
%	79,7%	20,3%	

PPA

## Despesas

Consolidado	Custeio	Capital	TOTAL
2022	3.273.210.499,70	345.288.047,30	3.618.498.547,00
2023	3.351.345.369,00	455.524.394,70	3.806.869.763,70
2024	3.451.970.024,00	375.222.892,00	3.827.192.916,00
2025	3.541.221.585,00	295.692.174,00	3.836.913.759,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.617.747.477,70</b>	<b>1.471.727.508,00</b>	<b>15.089.474.985,70</b>
%	90,2%	9,8%	

**PPA**

# Despesas 2022 - 2025

Página: 281

10

	GESTAO GOVERNAMENTAL	GESTAO SOCIAL	GESTAO TERRITORIAL	GESTAO ECONOMICA	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	366.471.367,00				366.471.367,00
02 - JUDICIARIA	106.128.306,00				106.128.306,00
04 - ADMINISTRACAO	1.278.716.967,00	3.452.266,00		4.411.074,00	1.286.580.327,00
06 - SEGURANCA PUBLICA		180.510.764,00			180.510.764,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL		350.979.552,00			350.979.552,00
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	2.775.200.000,00				2.775.200.000,00
10 - SAUDE	967.815.768,00	2.462.968.593,00			3.370.784.361,00
12 - EDUCACAO		2.591.268.176,70		6.022.000,00	2.597.310.176,70
13 - CULTURA	169.000,00	82.720.854,00			82.889.854,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	21.050,00	800.000,00	1.000.000,00		1.821.050,00
15 - URBANISMO	243.004.020,00		1.059.440.977,00		1.302.444.997,00
16 - HABITACAO		1.696.000,00			1.696.000,00
17 - SANEAMENTO	675.528.000,00		990.224.000,00		1.665.752.000,00
18 - GESTAO AMBIENTAL			59.800.498,00		59.800.498,00
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA				71.323.653,00	71.323.653,00
27 - DESPORTO E LAZER		50.991.078,00			50.991.078,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	805.215.000,00				805.215.000,00
99 - RESERVA DE CONTIGENCIA	12.576.000,00				12.576.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.231.845.400,00</b>	<b>5.665.407.303,70</b>	<b>2.110.465.475,00</b>	<b>81.756.727,00</b>	<b>15.089.474.985,70</b>

**PPA**



- **Mobilidade**

- Plano de Mobilidade, ciclovias, corredores e terminais de ônibus

- **Segurança**

- Sistema de videomonitoramento e sala de controle

- **Proteção ao Meio Ambiente**

- Ecopontos, prevenção de enchentes, combate a queimadas, Programa Verde Azul

- **Modernização administrativa**

- Prefeitura sem papel, Facilita Ribeirão, liberação de atividades econômicas, sistema de gestão integrada

- **Novo modelo de zeladoria urbana**



# Gestão Social

---









## Esporte para vencer

**Objetivo:** Viabilizar o acesso a prática esportiva, de forma a promover o desenvolvimento integral do munícipe, e tornar o esporte uma ferramenta para a cidadania e para a melhoria da qualidade de vida.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Esportes

Valor: R\$ 50.991.078,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto de Lei nº 1.234, de 2014, que aprova o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2015-2018, e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 12/05/2014, página 104)

## Saúde Preventiva e Acolhedora

**Objetivo:** Fortalecer o acesso qualificado aos serviços de atenção básica de saúde, e atuar nos condicionantes e determinantes da saúde de forma a minimizar doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal da Saúde

Valor: R\$ 1.964.561.520,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Saúde Global

**Objetivo:** Garantir a oferta de consultas especializadas e procedimentos de apoio diagnóstico e terapêutico na atenção ambulatorial e hospitalar, por meio da regulação efetiva, da reordenação e qualificação da assistência pré-hospitalar de urgência e emergência, e da rede de atenção psicossocial.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal da Saúde

Valor: R\$ 83.007.073,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto Gráfico: Design & Arte - Comunicação Visual. Edição: 2011. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização prévia da editora.





## Ribeirão Acolhe

**Objetivo:** Assegurar o exercício da cidadania plena pelo munícipe, preservando seus direitos civis, políticos e sociais.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal da Assistência Social

Valor: R\$ 335.503.274,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL



## Assistência a Saúde dos Municipiários

**Objetivo:** Entregar saúde aos municipiários associados de maneira eficaz e eficiente, de acordo com o que estabelece o estatuto dos servidores.

**Secretarias e órgãos envolvidos:**

- Serviço de Assistência a Saúde dos Municipiários – SASSOM

**Valor:** R\$ 355.400.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

PPA - Plano Plurianual - Lei nº 11.341/2006 - Artigo 1º - O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento estratégico da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, que estabelece as diretrizes, as prioridades e as metas da política pública para o período de duração do mandato do Poder Executivo.



## Gestão da Fundação de Educação para o Trabalho

**Objetivo:** Gerenciar as ações de aprendizagem e qualificação profissional para jovens.

**Secretarias e órgãos envolvidos:**

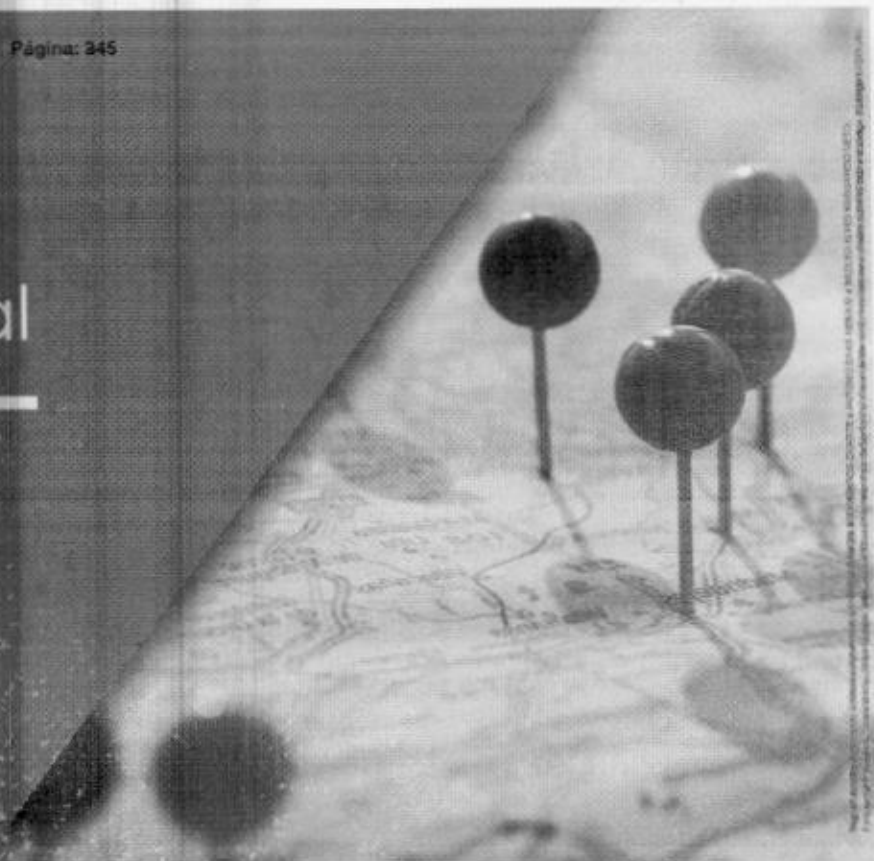
- Fundação de Educação para o Trabalho

**Valor:** R\$ 15.560.480,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

# Gestão Territorial

---



## Cuida bem Ribeirão

**Objetivo:** Revitalizar a cidade por meio de atividades de zeladoria, que garantam a conservação, limpeza e o pleno saneamento urbano do município.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Valor: R\$ 388.996.909,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Ribeirão + Viva

**Objetivo:** Promover ações para a preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade ambiental, proteção e bem estar animal, e a conscientização ambiental buscando sempre a melhoria da qualidade de vida da população, e o desenvolvimento equilibrado e sustentável do município.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Valor: R\$ 59.800.498,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Regulamento do processo de licitação nº 001/2010, de 15 de maio de 2010, e o Edital nº 001/2010, de 15 de maio de 2010, e o Edital nº 001/2010, de 15 de maio de 2010, e o Edital nº 001/2010, de 15 de maio de 2010.

## Ribeirão Mobilidade

**Objetivo:** Executar os projetos e ações construtivas estabelecidas pelo executivo municipal, para garantir o desenvolvimento urbanístico do município.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Obras Públicas
- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Valor: R\$ 667.544.068,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL



## Ribeirão + Legal

**Objetivo:** Promover a adequação da legislação vigente ao Plano Diretor.

**Secretarias e órgãos envolvidos:**

- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

**Valor:** R\$ 3.900.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Saneamento 100% Saudável

Objetivo: Promover ações para o fortalecimento da gestão e da política municipal de saneamento básico.

Secretarias e órgãos envolvidos:

- DAERP

Valor: R\$ 990.224.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

PPA - Plano Plurianual - 2013-2015 - Município de São Paulo - SP - 2013

# Gestão Econômica



www.cengage.com.br

## Avança Ribeirão

**Objetivo:** Conduzir ações voltadas a geração de emprego e renda, fortalecendo a cultura empreendedora, e a promoção do desenvolvimento econômico.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento
- FIPASE
- Fundação de Formação Tecnológica - FUNTEC

Valor: R\$ 19.146.919,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto de Lei nº 1.111/2011, de 15 de maio de 2011, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2011-2014, e dá outras providências.

## Inova Ribeirão

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento econômico por meio do fomento a inovação e a ação empreendedora, valorizando as competências locais e atributos físicos e sociais do município.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento
- FIPASE

Valor: R\$ 62.609.808,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto elaborado por: [nome] - [cargo] - [departamento] - [município] - [estado] - [país].



Página: 834

# Gestão Governamental



PHOTO: GETTY IMAGES / PHOTODISC

## Gestão Administrativa

Página: 285

34

**Objetivo:** Garantir a eficácia e transparência da gestão pública, possibilitando um atendimento ágil e efetivo aos munícipes e instituições da sociedade organizada.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- DAERP
- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal da Casa Civil
- Secretaria Municipal de Governo
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento
- Secretaria Municipal de Justiça
- Secretaria Municipal de Obras Públicas
- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
- FIPASE

Valor: R\$ 1.208.976.298,00

PPA  
PLANO PLURIANUAL

Projeto de Lei nº 111/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 - Anexo I - Plano Plurianual (PPA) - 2012-2015 - Página 34 de 100

## Gestão Fazendária

**Objetivo:** Fazer a gestão da estrutura da Secretaria Municipal da Fazenda, buscando assegurar o acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas estabelecidas.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal da Fazenda

Valor: R\$ 241.112.528,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

PPA - Plano Plurianual - Lei nº 113, de 2008. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estratégicas para o planejamento financeiro e econômico do Poder Executivo Municipal. O PPA é elaborado anualmente, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo o primeiro ano de vigência o ano-base. O PPA é elaborado pelo Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Poder Legislativo Municipal, e é aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estratégicas para o planejamento financeiro e econômico do Poder Executivo Municipal. O PPA é elaborado anualmente, com vigência de 4 (quatro) anos, sendo o primeiro ano de vigência o ano-base. O PPA é elaborado pelo Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Poder Legislativo Municipal, e é aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento.

## Ribeirão Inteligente

**Objetivo:** Agilizar, integrar e facilitar o dia a dia da gestão pública e suas interações junto aos munícipes.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal da Casa Civil
- Secretaria Municipal da Fazenda
- Secretaria Municipal de Governo
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento
- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Valor: R\$ 4.242.496,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto de Lei nº 1.234, de 2014, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2015-2018, e dá outras providências.

## Ribeirão Sem Fila

**Objetivo:** Agilizar os processos administrativos, e reduzir o tempo de espera dos munícipes no atendimento de suas demandas.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal de Administração (e outras secretarias)

Valor: R\$ 855.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL



## Consumidor Seguro

**Objetivo:** Atender, fiscalizar e educar os elos do mercado consumidor.

**Secretarias e órgãos envolvidos:**

- Secretaria Municipal da Justiça - PROCON

**Valor:** R\$ 1.347.233,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Mais Saúde Ribeirão

**Objetivo:** Garantir e aprimorar as ações de serviços de saúde, por meio do uso da tecnologia, da educação permanente e da integração entre ensino e pesquisa.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria Municipal da Saúde

Valor: R\$ 967.811.558,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

## Previdência Municipal

**Objetivo:** Oferecer seguridade social aos servidores públicos efetivos e seus dependentes, de maneira eficaz e eficiente, de acordo com o estatuto dos servidores e em consonância com o artigo 40 CF/88.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Instituto de Previdência dos Muncipiários - IPM

Valor: R\$ 2.776.200.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Este documento é propriedade intelectual do Poder Executivo Municipal de São Paulo, SP. É proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização expressa do Poder Executivo Municipal de São Paulo, SP. Para mais informações, consulte o site: [www.sao-paulo.sp.gov.br](http://www.sao-paulo.sp.gov.br)

## Gestão do Legislativo Municipal

**Objetivo:** Gerenciar todas as ações de manutenção e funcionamento do legislativo municipal

**Secretarias e órgãos envolvidos:**

- Câmara Municipal de Ribeirão Preto

**Valor:** R\$ 62.609.808,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Projeto Gráfico: Design & Arte - Comunicação Visual. Edição: 2010. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização prévia da editora.

## Encargos e Operações Especiais

42

**Objetivo:** Realizar o pagamento de amortização, juros, precatórios e acordos judiciais, requisitórios de pequeno valor, benefícios e demais encargos do município.

### Secretarias e órgãos envolvidos:

- Secretaria da Fazenda
- DAERP

Valor: R\$ 1.664.829.000,00

**PPA**  
PLANO PLURIANUAL

Regulamento do Sistema de Informações de Planejamento e Gestão - SINGEP - Lei nº 1.234 de 2008. O SINGEP é o sistema de informações de planejamento e gestão do Município de São Paulo, sendo responsável por fornecer informações para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento Anual (OA).



Página 8/4

# OBRIGADO!

Contribuições e manifestações para e-mail:  
[ppa2022\\_25@ribeiraopreto.sp.gov.br](mailto:ppa2022_25@ribeiraopreto.sp.gov.br)



**PPA**



Ribeirão Preto, 03 de dezembro de 2021

Excelentíssima Senhora Vereadora,

8189  
Judeti

Em atenção ao Requerimento nº 8189/2021 da Câmara Legislativa sobre:

Temos a informar:

- 1) Quantas audiências públicas foram realizadas em 2021 sobre a Lei de Orçamento Anual, comumente chamada de LOA 2022?

Informamos que foi realizada 01 audiência realizada por videoconferência no dia 15/09/2021 as 11:00 hs pelo [Facebook.com/PrefeituraRP](https://www.facebook.com/PrefeituraRP)

- 2) Solicitamos cópias de todos os Relatórios Finais das referidas audiências públicas de acordo com o artigo 15º o Decreto nº 193 de 2021.

Informo que o relatório final se encontra em fase de assinaturas e provavelmente até o dia 20/12/2021 já estará disponível.

Estamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ednéa Eliana dos Santos  
Diretora do Depto. Despesa e Orçamento

Exma. Senhora  
Judeti Zilli  
Vereadora do Coletivo Popular  
Câmara Legislativa de Ribeirão Preto

**Auditoria Interna**

Rua Lafaiete, nº 1.000 – 2º andar, Sala 10 - CEP.14015-080 Fone/Fax (0xx16)3977.5712  
e-mail: auditoria.fazenda@ribeiraopreto.sp.gov.br